

**ATA**

**N.º 04/2018**

**SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em  
24 de setembro de 2018**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2018:**

---Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Jaqueline Casado Afonso Areias. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,  
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,  
Tito Alfredo Evangelista e Sá,  
Luciana Brochado Azevedo,  
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,  
Manuel Miranda Losa,  
Fernando Manuel da Silva Carvalho,  
Anabela Solinho Martins,  
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,  
Maria Goreti Cardoso Lima,  
Carlos Jorge Vicente Capitão,  
Manuel José Cepa Pires Carneiro,  
Baltasar Almeida Costa,  
José Manuel Cruz Silva,  
Marlene da Silva Rolo, em substituição de José Maria Losa Esteves,  
Elisabete Ferreira Martins Santos,  
Tânia Sofia Lima Mota,  
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,  
Manuel José Sampaio Viana,  
Manuel António Lima Torres Ribeiro,  
Eduardo Oliveira Maia,  
Mário Pires de Boaventura,  
Luís António Sequeira Peixoto,  
Manuel Eiras Martins de Abreu,  
Aurélio Mariz Neiva,  
Carlos Veiga Escrivães e  
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,  
António Sérgio Moreira Mano,  
Rui Manuel Martins Pereira, em substituição de Fernando João Couto e Cepa,  
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,  
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa e  
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

---Não compareceram inicialmente os membros municipais Eduardo Oliveira Maia, tendo chegado pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos e Tânia Sofia Lima Mota, tendo chegado pelas vinte e uma horas e trinta minutos.-----

### **01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

Foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal ao Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 5 do artigo 45.º do Regimento, a inclusão de três assuntos na ordem de trabalhos, a saber:

**02.08** – Aprovação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao “contrato de concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final, distribuição, manutenção e substituição de contentores e limpeza urbana”;

**02.09** – Reconhecimento do interesse público municipal do projeto de ampliação e alteração do recinto desportivo do Grupo Desportivo de Apúlia;

**02.10** – Contrato promessa de compra e venda entre C. F. Fão; S. C. de Braga – Futebol SAD e o Município de Esposende – para conhecimento, conforme documentos já enviados a todos os membros da assembleia:-----

Colocado à votação do Plenário:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A INCLUSÃO DOS TRÊS ASSUNTOS NA ORDEM DE TRABALHOS, COM 20 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, COM 4 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E 4 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----**

Pelo membro do Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve:  
*“A assembleia municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro.*

*A assembleia municipal também pode reunir em sessão extraordinária por iniciativa do seu presidente, da mesa ou após requerimento, nos termos previstos na lei.*

*Nos termos do artigo 50º da Lei das Autarquias Locais, só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão ou reunião.*

*Tratando-se de sessão ordinária de órgão deliberativo, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia.*

A7

*A lei faz referência expressa à urgência da deliberação.*

*Ou seja, não pode ser um qualquer assunto, tem de tratar-se de um assunto urgente.*

*O conteúdo da norma visa, essencialmente, proteger os membros do órgão de forma a permitir-lhes a mais ampla discussão das matérias inscritas na ordem do dia.*

*E só permite exceções quando se tratem de assuntos que são de reconhecida urgência.*

*Analisados os assuntos que se pretende sejam incluídos na ordem do dia, conclui-se que os mesmos poderão ter, do ponto de vista do Sr Presidente da Câmara, urgência política, mas não têm seguramente, urgência de facto, urgência efectiva.*

*Porque no nosso entendimento, urgente será um assunto que, caso não seja praticado em devido tempo, fique precludida a sua prática.*

*Urgente será um assunto que, caso não seja praticado, cause prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação.*

*Não é seguramente o caso.*

*Assim, e uma vez que entendemos que os assuntos cuja inclusão se pretende, não têm carácter de urgência, votamos contra a sua inclusão na ordem do dia."-----*

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a Mesa e o Presidente da Mesa, entenderam que esta matéria era de urgência para o Município, e a urgência que está aqui em causa na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não é nenhuma urgência jurídica, é uma urgência para os munícipes, para o Município e por isso entendeu a Mesa que deveria colocar à votação do Plenário e assim foi feito, de uma forma transparente, na sexta-feira foi enviada esta informação a todos os senhores deputados e aos senhores Presidentes de Junta para que pudessem apreciar as questões que iam ser discutidas em Plenário, e entendeu a Mesa que haveria esta urgência, logicamente que esta urgência teria que ser aqui reconhecida, como foi hoje, por 2/3 dos membros da Assembleia.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos propriamente dita, entrando no primeiro assunto do Período de Antes da Ordem do Dia.-----

#### **01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2018 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----**

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e nove de junho de 2018 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2018.-----

Por não terem estado presentes nessa sessão ordinária não participaram na votação a Senhora Deputada Municipal Marlene da Silva Rolo, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia Aurélio Mariz Neiva e Carlos Veiga Escrivães.-----

#### **01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----**

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.** -----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando um voto de pesar, subscrito por todos os grupos políticos, que se transcreve:

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SR.ª ALBERTINA RIBEIRO.**

*“Tendo falecido a 27 de Julho de 2018 a Sra. Albertina Ribeiro, sogra da Sra. Vereadora Prof. Angélica Cruz, esta Assembleia, na sua reunião de hoje, 24 de Setembro de 2018, deliberou aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que da mesma deliberação seja dado conhecimento à digníssima Família”.*-----

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

*A minha primeira palavra é de repúdio e vai directamente para o Sr. Presidente da Assembleia da República Dr. Ferro Rodrigues. Na última sessão daquele órgão, antes das férias, e perante uma agenda cheia de assuntos e que certamente os iria reter por muitas horas, desabafou da sua cátedra presidencial, com tom de desdém, “isto não é nenhuma Assembleia Municipal, pois não?” É pena que o Sr. Presidente da Assembleia da República fale assim de um órgão municipal, eleito democraticamente e que trabalha sem remuneração as horas que for necessário.*

*Senhores Deputados*

*Mais uma vez queremos trazer à esta Assembleia o assunto Descentralização de Competências.*

*Continuamos preocupados com a maneira artilosa como o governo pretende transferir, de forma coerciva, responsabilidades para as câmaras e juntas de freguesia, fazendo disso um verdadeiro negócio para o Estado. Veja-se, como exemplo, a transferência dos bairros de habitação social, muitos deles completamente degradados, o que vai implicar um grande esforço financeiro para os recuperar, esforço que, para muitas câmaras é insuportável.*

*Como já dizem alguns autarcas estamos perante um “presente envenenado” e que, afinal, o Estado só quer transferir aquilo que lhe dá jeito, aquilo que tem custos elevados de manutenção.*

*Caros Senhores Deputados não viemos aqui defender a não descentralização. Estamos, antes, a exigir que a tutela apresente, de antemão e claramente, o que quer transferir, que verbas vai dispor para os municípios para fazer face às despesas dessas transferências e, sobretudo, que não comece essa reforma nas áreas mais sensíveis como a saúde e a educação. Como tudo terá que acontecer até 2021, que é já “amanhã”, era bom que o governo definia de uma vez por todas as regras do jogo, de forma explícita, sem subterfúgios, e que todos os agentes políticos possam de forma clara avaliar as consequências que esta Lei-Quadro trará para as populações.*

*E já que falamos em transferências afinal o que se passou com o Infarmed? Aquele teatro de rua, de abraço e beijos, de sorrisos e cumprimentos efusivos entre Autarca do Porto e Primeiro-Ministro que anunciavam solenemente a vinda do Infarmed para o Porto, digo eu Norte de Portugal, serviu para quê? Por que razão voltou o governo com a palavra atrás? Sabem porquê? Porque quem nos governa é useiro e vezeiro em tomar decisões sem estudar devidamente os processos. Porque a palavra pouco vale. Em 6 de Dezembro último o Sr. Primeiro-Ministro afirmou claramente e cito “a decisão do governo é que o Infarmed vá para o Porto”. Esta posição é corroborada e validade pelo Grupo de Trabalho nomeado para esse efeito. Então o que se terá passado? Já todos sabemos que os trabalhadores daquela instituição reagiram mal, que a indústria farmacêutica reagiu mal, que o governo se amedrontou e, sem esforço nenhum, deu o dito pelo não dito.*

*É pena que assim seja mas só é possível porque, infelizmente, o maior partido da oposição, o PSD, não consegue encontrar o seu rumo, o seu caminho e sempre demonstrou, ao longo destes anos, que na oposição se torna, por vezes, autofágico.*

*Falemos agora, e novamente, da Reposição das Freguesias.*

*Em Julho ouvimos o Sr. Ministro da Administração Interna dizer que estava a concluir uma proposta de Lei-Quadro para a reorganização territorial das freguesias. Não tivemos informações se esta proposta já deu, ou não, entrada no Parlamento. Certo é que muitos autarcas e a própria ANMP já vieram dizer, e nós partilhamos dessa opinião, que este assunto deverá ser decidido não na Assembleia da República – que já mostrou ser inábil nesta matéria – mas sim nos órgãos do poder local. São estes que devem tomar uma decisão se querem ou não continuar agregados ou, antes, pretendem a sua separação e identidade própria. Aliás, se isto tivesse sido respeitado, Esposende não teria esta geografia administrativa pois desde sempre nos manifestamos – Assembleia Municipal, Câmara, Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia contra a agregação tendo-nos sido imposta esta solução. Afinal estávamos certos e tomamos, na altura, a atitude certa. Não sabemos como é que alguns municípios que, desde logo, se apressaram a apresentar as suas propostas de agregação vão, agora, justificar atitude diferente.*

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende*

*Ex.mo Senhor Presidente da Câmara*

*Senhoras e Senhores Vereadores*

*Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

*Senhor Presidente da Câmara*

*Queremos desde já felicitá-lo pela forma elevada com que preparou e levou a efeito as comemorações dos 25 Anos de Elevação de Esposende a Cidade. O momento merecia-o e*

*estamos certos que todos os esposendenses se regozijaram com tudo o que aconteceu. Não podemos deixar de nos congratularmos com o facto de esta semana estar agendada a assinatura do Auto de Cedência do Forte de S. João Baptista e do Auto de Entrega da Estação Radionaval de Apúlia o que constituirá um marco histórico para o património concelhio. Ficamos à espera de um projecto que os dignifique e que voltem a ser o orgulho de todos nós. É comum ouvir-se que a resolução dos assuntos mais delicados é constantemente protelada e se eternizam sem solução. Seja por falta de coragem política seja por conveniente ineficácia dos organismos. Cedovém tem sido um dos exemplos que já se arrasta há mais de duas décadas. Todos sabemos que não é de fácil e pacífica resolução e exige muita ponderação e, sobretudo, muito diálogo e entendimento entre os vários intervenientes. Ultimamente este assunto voltou à ribalta e não faltaram, de imediato, as diferentes opiniões a exigir intervenções rápidas, umas a apelarem a consensos e outras simplesmente a incendiarem a opinião pública. Procuramos saber o que, de facto, se estava a passar e ficamos satisfeitos com o que ouvimos e sobretudo da forma recatada e participada com que se está a abordar tão problemático assunto.*

*A finalizar não poderíamos deixar de expressar ao Sr. Eng. Paulo Cunha um obrigado por ter dotado o concelho de Esposende com mais um espaço cultural, muito específico, dedicado à história de uma marca de motos italiana, a Motom. Aconteceu no pretérito dia 22 a abertura, em Curvos, do Museu Motom, único no mundo, que alberga a totalidade dos modelos produzidos por aquela emblemática marca italiana. São cerca de 70 modelos expostos e que merecem uma atenta visita.* -----

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Cepa Carneiro, do Grupo Político do PCP, apresentando a intervenção política que se transcreve:

*“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Esposende e restantes elementos da mesa, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes elementos da vereação presentes, Ex.mos Srs. Deputados Municipais, Minhas senhoras e meus senhores,*

*1. Com a publicação da lei n.º 50/2018 (lei-quadro das transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) são atribuídas novas competências às referidas entidades no âmbito da educação, acção social, saúde, protecção civil, cultura, património e habitação.*

*Apesar da “baralhada” legislativa em que é pedida uma tomada de posição e logo a seguir surge a orientação para o pronunciamento só após a saída da legislação sectorial, presumo que a vereação já analisou o articulado e tomou uma posição.*

*Assim sendo, solicito ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos informe sobre a posição do município e, também se o executivo não achou pertinente a audição da AM.*

*2. Agora, que parece afastada a crise da empresa Solidal, solicito ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos informe se a autarquia teve alguma influência na sua resolução e, em caso afirmativo, qual ou quais a(s) providência(s) diligenciada(s) uma vez que, a verificar-se o encerramento, envolveria muitas famílias do concelho.*

*3. Solicito ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos dê uma informação atualizada sobre as demolições a realizar em Apúlia ao abrigo do programa POLIS.”* -----

Az

Intervenção de seguida a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal, Anabela Solinho, do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Boa noite,  
Senhor Presidente da Assembleia, elementos da Mesa,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Senhores deputados,  
Público em geral,*

*A minha intervenção prende-se, sobretudo, e como sempre, com as situações apresentadas por quantos me abordam (e já agora permitam-me que diga que pena é que toda a bancada de deputados à esquerda do público, mas à direita politicamente não sejam de igual modo abordados sobre questões várias como limpeza, por exemplo). Parêntesis fechado, é necessário denunciar as irregularidades que Fão e Apúlia têm sofrido por parte do atual executivo camarário. Enumerarei algumas: o estreitamento de vias por causa da ecovia que, tal como o sr. Presidente da câmara referiu em assembleia anterior, é um desenho antigo. Pois se assim o é, perguntamos se não teria sido mais razoável, objetivo e produtivo atualizá-lo em vez de apressar uma obra extemporânea como prova o atual espaço junto ao túnel da ponte de Fão, nas traseiras dos Bombeiros de Fão, parecendo ter-se perdido um sentido quando se mantém os dois caoticamente.*

*Além desse tipo de estreitamento, temos ainda o da via litoral Bonança-Pedrinhas em virtude da mesma antiquada ecovia ou não estudada em tempo real que, também tal como o sr. Presidente de câmara dissera, apenas ficaria com 20 ou 30 espaços de estacionamento a menos e o que era isso. Na verdade, esse número constituiu o caos que, já se verificando em anos anteriores, se agravou este ano e, dadas as alterações climáticas, esse caos durou mais tempo. Terá este executivo algum tipo de solução para esta situação?*

*A propósito deste tipo de alterações que mudaram as estações do ano, seria inovador se houvesse interesse do atual executivo em contribuir para a segurança dos ainda frequentadores das praias do Concelho com nadadores-salvadores.*

*Trago ainda o caótico estado das águas do Cávado mesmo sabendo que mais alargada e fundamentadamente o meu camarada de bancada dr. Tito Evangelista tratou. Referimo-nos aos resíduos que são levianamente largados para estas águas saídos do complexo habitacional da Barca do Lago, poluindo fortemente o Cávado. O que pensam os nossos governantes locais fazer a este respeito? Bem como relativamente às bermas imediatamente a sul da ponte de Fão que tem um aspeto feio e com falta de drenagem?*

*A CME diz-se um Privilégio da Natureza e estas coisas acontecem. Que sensibilização é feita para que alguns muitos autarcas das Uniões de Freguesias não utilizem químicos para enfraquecer e destruir ervas daninhas? Que é feito da pedra que servia de lancil aos passeios por onde agora passa a suposta ecovia? Eram lancis de pedra granítica tal como os substituídos; não deveria o atual executivo que considerar, além das despesas, também a natureza e reaproveitar essa pedra para evitar a desnecessária extração de recursos naturais? Aguardamos respostas responsáveis, pouco comoventes, pois quanto a elogios de obras feitas já o sr. Presidente tem correspondente para o fazer.”*



De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, apresentando a intervenção política que se transcreve:

*“Sr. Presidente da AM, membros da mesa  
Sr. Presidente da CM, Srs. Vereadores  
Srs. Deputados da AM  
Público,*

*Senhor Presidente,*

*Estamos a terminar o verão, ou terminamos ontem, o verão em Esposende pautou-se pela rotina de há muitos anos, de há mais de 20 anos, ou seja, imaginação nenhuma, são sempre as mesmas coisas, são sempre as mesmas festas, é um voltar sempre ao mesmo, e esse voltar sempre ao mesmo levanta um problema que tem a ver com o mau desempenho em várias áreas, por exemplo, nós que temos dificuldades de estacionamento, na altura de festas, ficamos sem os parques de estacionamento em Esposende, porque o Largo dos Bombeiros é ocupado com palcos e não digo só para as festas do município, é para semanas inteiras de uma série de atividades de utilidade duvidosa naquele local, porque há alternativas, inclusivamente o Largo do Mercado foi ocupado para a Festa do 19 de agosto, em que este ano o Senhor Presidente da Câmara armou a tenda lá no parque do mercado, desnecessariamente, mas já lá voltarei, às comemorações dos 25 anos da cidade, e depois é sempre a mesma coisa, essas atividades muitas vezes até são concorrenciais com atividades locais nas freguesias porque fazem uma quantidade de eventos que vai prejudicar outros, não há uma coordenação relativamente às atividades das freguesias (e estamos a falar que isto dura um mês, porque Esposende só tem vida durante um mês ou menos, porque passando aquele mês, voltamos às ruas e continuam vazias como se sabe).*

*E outras questões como por exemplo, o licenciamento de atividades noturnas, nomeadamente a céu aberto, nomeadamente o bar da praia que funcionou como uma discoteca a céu aberto e que era impossível nas redondezas as pessoas dormirem, incluindo os hóspedes do Hotel Suave-Mar. É inacreditável como é que a Câmara de Esposende licencia uma discoteca, ou autoriza uma discoteca a céu aberto a funcionar até às seis da manhã, que se ouve a mais de 1 km de distância, como se se estivesse lá e portanto, isto é inadmissível, porque isso não é qualidade de vida nem isso é um privilégio da natureza, isso é subdesenvolvimento.*

*E como é subdesenvolvimento, e até tem aqui a olhar para mim a cara bonita da pessoa em causa, que é a lota em Esposende que fecha, porque o pessoal vai de férias.*

*Então a Câmara Municipal não pode arranjar uma solução?*

*Quando o pessoal vai de férias fecha a lota e vende-se o peixe na rua. Isto Senhor Presidente da Câmara, isto não é privilégio da natureza, isto não é próprio duma cidade, isto não é próprio de uma terra desenvolvida.*

*Quanto ao balanço dos 25 anos da cidade, o Sr. Dr. Neiva fez aqui um grande elogio, eu já voltarei ao Sr. Dr. Neiva e à intervenção política do PSD, mas as comemorações dos 25 anos da cidade, na minha opinião, foram muito mal feitas.*

*Os 25 anos da cidade impunham um balanço sobre aquilo que foi feito nestes 25 anos e a elevação de Esposende a Cidade coincidiu com a aprovação do PDM. E eu vou-lhe só dizer aquilo que estava previsto no PDM há 25 anos e que está por fazer, e que é fundamental, isso*

*sim é estruturante, para o desenvolvimento de Esposende. E já que a Câmara não tem estratégia como eu já disse em reuniões passadas, para Esposende, pelo menos que aproveite aquilo que já existe há 25 anos. Se não consegue fazer mais, faça pelo menos o que já está previsto. Olhe, a zona desportiva de Esposende está por executar, estava prevista há 25 anos, a variante à EN 13, que vem da ponte de Fão à Solidal e não continua como estava previsto até à Av. de Banhos, o Parque da Cidade está por fazer, os Planos de Urbanização que estavam previstos para a zona nascente, para a zona sul e para a zona norte de Esposende, estão por fazer. 25 anos, desses 25 anos o Senhor Presidente está na Câmara há 9 anos, 4 como Vice-Presidente e há 5 como Presidente da Câmara. Mais de 1/3 dos 25 anos o Senhor Presidente da Câmara esteve cá. É evidente que teve outro que ainda esteve mais tempo, mas, eu neste momento tenho que pedir explicações a si que é quem cá está.*

*E um ano passado sobre o início deste mandato, desta maioria PSD, eu lamento dizer que não compartilho com a visão idílica que se faz, porque na minha opinião este ano de mandato foi pautado por um ano de fiascos.*

*Olhe, é o fiasco das ecovias que já estavam até Fonte Boa e continuam a ir até Fonte Boa porque não avançam, e nas Marinhas vão até Mar e não avançam, é o fiasco do Centro de Negócios, do famoso Centro de Negócios com terrenos, com arrendamento de edifício, com contratos para a execução de layouts, é o fiasco do famoso canal, "o tal canal", aquele que nos ia proteger das intempéries e das chuvas e das cheias, que passado este tempo todo, continua sem um metro do tal canal.*

*Senhor Presidente da Câmara aponto três fiascos da sua atuação neste ano de mandato.*

*Passando ao PSD e à intervenção do meu amigo, Sr. Dr. Neiva, só trouxe aqui basicamente, assuntos relacionados com o País e não com Esposende, parece que não há nada que falar de Esposende. Tirando o elogio à Comemoração dos 25 anos que achou que foi muito bonito, e não ponho em causa que a tenda estava muito bonita, o Senhor Presidente da Câmara armou a tenda e pô-la bem bonita e bem decorada, não é isso que está em causa, tirando essa questão dos 25 anos e do museu Motom, do Eng.º Paulo Cunha, parece que Esposende vive no paraíso, para o PSD não se fala em assuntos de Esposende, o que é preocupante para o PSD é que um dos maiores democratas que está no Parlamento Português que é o Dr. Ferro Rodrigues tenha dito: "isto não é uma Assembleia Municipal", como se isso fosse uma desconsideração. O que é preocupante para o PSD é a questão da delegação de competências e da descentralização. O acordo da descentralização foi acordado entre o Primeiro-Ministro e o Dr. Rui Rio que é o Presidente do PSD, mais, o PS não tem maioria na Assembleia da República, todas as Leis da República só saem porque alguém para além do PS concorda com elas. Às vezes até há leis que são aprovadas na Assembleia da República contra a vontade do PS e portanto, vem acusar o PS de implementar Leis que são aprovadas também por eles? Por amor de Deus. Uma pessoa não pode acordar com alguém que vai fazer uma coisa e depois criticá-lo, é verdade que o Dr. Neiva falou da questão autofática do PSD e nós sabemos que o PSD neste momento está num período muito complicado, porque o PSD neste momento tem a Arca da Aliança de um lado, tem agora os pacóvios suburbanos do outro, aquilo no PSD está uma grande confusão. E o Sr. Dr. nesta altura vem atacar o Governo, como se em Esposende não houvesse assuntos para fazer, nós somos da Assembleia Municipal de Esposende, não somos da Assembleia da República. Da mesma maneira que nos temos que centrar nos assuntos locais, nós fomos eleitos Deputados Municipais, não fomos eleitos Deputados Nacionais, preocupe-se com Esposende que tem muito com que se preocupar.*

*É verdade, o Sr. Dr. falou na agregação das freguesias, se não fosse o Governo do Passos Coelho, ninguém estava preocupado com a agregação das freguesias, foi ele que agregou as freguesias. Assim como a cedência da Estação Radionaval e do Forte S. João, que agora e muito bem a Câmara elogia, só foi possível porque o Governo do PS desbloqueou um processo que estava lá há anos por resolver, muito antes de entrar o Governo PS e ainda vem atacar o Governo do PS?*

*O Governo do PS já fez mais por este Município, nomeadamente nessas duas questões, do que o Passos Coelho e os outros muito antes. Portanto, sejamos justos, as grandes vias feitas no município de Esposende, foram feitas pelo Governo do PS, seja a A28 que foi feita pelo António Guterres, seja esta cedência, sejam muitas outras, as grandes obras, os grandes investimentos nacionais foram feitos no Concelho de Esposende pelo Governo do PS, apesar de o PS nunca aqui ter ganho. E os governos do PSD que recebem maiorias imensas de Esposende, quando chegam ao poder não fazem nada por Esposende e o que fazem é acabar com as nossas freguesias, contra a vontade da população e agora virem criticar o Governo do PS por ter uma lei que agora vai reverter uma asneira que fizeram, pelo amor de Deus. Muito obrigado!"*

Seguidamente, interveio a Sr.ª Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do Grupo Político do JPNT, apresentando as duas recomendações que se passa a transcrever:

**1 - RECOMENDAÇÃO: CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO COM O GRUPO DESPORTIVO DE APÚLIA.**

*"A Câmara Municipal celebrou em fevereiro de 2017 um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Grupo Desportivo de Apúlia que tem por objeto o apoio a dar pelo Município à execução das obras de beneficiação e ampliação do Campo dos Sargaceiros, em Apúlia.*

*Refere o documento que o custo da intervenção se estima em 250.000 euros, comprometendo-se o Município a participar a mesma com o valor máximo de 125.000 euros, ou seja, 50% do custo total estimado.*

*Para além de termos que a estimativa do valor da intervenção tenha sido calculada em baixa, sabemos que a maior fatia do investimento será canalizada para a colocação de um relvado sintético no Campo dos Sargaceiros.*

*Numa análise realista a esta parceria, facilmente se percebe que é impossível o Grupo Desportivo de Apúlia ter capacidade para suportar 125.000 euros do custo da obra recorrendo a recursos próprios.*

*Por outro lado, sabendo-se que num passado muito recente o Município suportou o custo total da colocação de relvados sintéticos nos campos de Esposende, Marinhas e Forjães, para além de um conjunto de polidesportivos espalhados pelo concelho, ao participar com apenas 50% a intervenção a realizar no Campo dos Sargaceiros estará a tratar de forma desigual não só o Grupo Desportivo de Apúlia, como a própria freguesia, o que não nos parece justo.*

*Em resumo, não só entendemos que será quase impossível o Grupo Desportivo de Apúlia conseguir disponibilizar 125.000 euros para a obra, apesar do esforço e dedicação que os seus dirigentes e associados têm dispensado ao processo, como consideramos que é injusto o Município suportar apenas 50% do custo da obra, quando noutras freguesias suportou a*

*totalidade ou praticamente a totalidade do custo de intervenções semelhantes, e isto independentemente da propriedade dos equipamentos.*

*Neste sentido, propomos que a Assembleia Municipal, reunida na sua sessão de 24 de setembro de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal que proceda a uma revisão e alteração do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado com o Grupo Desportivo de Apúlia em fevereiro de 2017, assumindo uma comparticipação financeira nas obras a realizar no Campo dos Sargaceiros equivalente a pelo menos 90% do custo da intervenção.”*

## **2 - RECOMENDAÇÃO: REORDENAMENTO DA PRAIA DE PEDRINHAS/CEDOVÉM.--**

*“O processo de elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Caminha – Espinho (POOC Caminha-Espinho) iniciou-se em 1993 e teve a sua conclusão em março de 1999 com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 25/99, que aprovou o documento final. Este documento de ordenamento da orla costeira determinava a renaturalização de toda a zona de Pedrinhas/Cedovém, em Apúlia, o que pressupunha a demolição e deslocalização de todas as construções existentes no local: habitações, armazéns de pesca e restaurantes.*

*Na década que se seguiu à entrada em vigor do POOC Caminha-Espinho, o Município nunca impulsionou a concretização das ações previstas para Pedrinhas/Cedovém porque sempre entendeu que não eram a melhor solução, quer do ponto de vista da valorização do território, quer do ponto de vista da defesa da economia local, assim como no plano do investimento público a realizar.*

*Foi por essa razão que aquando da elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte o Município defendeu que relativamente a esta zona se deveria substituir a expressão do POOC “remoção de todas as construções”, por “remoção de construções existentes”, o que possibilitaria a manutenção na área de construções que se entendiam ser importantes. Esta solução defendida pelo Município viria a ser acolhida em fase de elaboração e aprovação do plano.*

*Mais tarde, o Reordenamento da Praia de Pedrinhas/Cedovém foi uma das ações contempladas no Plano de Intervenções a realizar pela sociedade Polis Litoral Norte, constituída em 2008. No âmbito do trabalho desenvolvido por esta entidade, cedo se percebeu, e após a elaboração do projeto de expropriações, que para a realização de uma intervenção de simples renaturalização, tal como previa o POOC, o investimento seria elevadíssimo, situando-se na casa dos 15 milhões de euros só para expropriações.*

*Tendo em conta esta realidade, mas principalmente porque entendia que a demolição total e posterior renaturalização não era a melhor solução para este troço da orla costeira, em 2011 o Município apresentou formalmente à Polis Litoral Norte um estudo para uma intervenção alternativa que se caracterizava essencialmente pelo seguinte: 1) Demolição dos restaurantes e construção de novos equipamentos no mesmo local, a partir de um projeto único e de qualidade; 2) Demolição dos armazéns de pesca e construção de novos armazéns no mesmo local, com melhores condições e melhor enquadramento paisagístico e ambiental; 3) Preservação de algumas construções tradicionais, que ainda mantivessem a traça original, afetando-as a usos de interesse público (centro interpretativo, posto de informação, espaço de exposição, etc); 4) Construção de habitações na proximidade para realojamento da 1ª habitação.*

*Este estudo viria a ser rejeitado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e pela então Administração Regional Hidrográfica do Norte, hoje Agência Portuguesa do Ambiente, por não ser licenciável à luz do POOC Caminha-Espinho. Contudo, como se perspectivava para breve o início do processo de revisão deste plano, ficou acordado com a administração da Polis Litoral Norte que essa seria uma das alterações a propor quer pela sociedade, quer pelo Município de Esposende em sede de revisão do POOC.*

*Neste sentido, propomos que a Assembleia Municipal, reunida na sua sessão de 24 de setembro de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal o seguinte:*

- 1. Que diligencie junto das entidades competentes para que o POOC, após revisão, permita e possibilite para Pedrinhas/Cedovém a intervenção proposta pelo Município à Polis Litoral Norte em 2011, nomeadamente a construção de novos restaurantes e de novos armazéns de pesca no local onde hoje se encontram, assim como a preservação das construções tradicionais não adulteradas, afetando-as a usos de interesse público;*
- 2. Que se oponha a uma intervenção de simples renaturalização da Praia de Pedrinhas/Cedovém;*
- 3. Que até à conclusão do processo de revisão do POOC Caminha-Espinho suspenda todos os processos de demolição que porventura tenha iniciado ou desencadeado para aquela área.”-----*

Terminadas as intervenções políticas, pelas vinte e duas horas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos, para conferência de líderes.-----

Pelas vinte e duas horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação do Plenário a prorrogação do período de Antes da Ordem do Dia por igual período, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida colocou à votação os assuntos propostos no período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SR.ª ALBERTINA RIBEIRO.-----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SR.ª ALBERTINA RIBEIRO.-----  
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

**1 - RECOMENDAÇÃO: CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO COM O GRUPO DESPORTIVO DE APÚLIA.-----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, E 13 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, DO

MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, E DOS SENHORES PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE FORJÃES E DE VILA CHÃ.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD VOTA CONTRA porque considera a Recomendação do JPNT demagógica pois sabem, muito bem, que o Contrato-Programa existente entre a Câmara Municipal e o Desportivo de Apúlia, à semelhança com todos os outros clubes, é feito e assinado depois de acordarem o teor do mesmo e, por isso, aceite pela direcção do clube. Estranhámos, ainda, o “grande” interesse do JPNT por este assunto quando, nesta mesma Assembleia, se mostra contra a introdução de um assunto relacionado com o mesmo clube e que tem a ver com a melhoria das suas instalações desportivas.”*-----

## **2 - RECOMENDAÇÃO: REORDENAMENTO DA PRAIA DE PEDRINHAS CEDOVÉM.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 4 ABSTENÇÕES DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP E DOS SENHORES PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE FORJÃES, DE VILA CHÃ E DE GEMESSES, E 9 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, E DE 4 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

Pelo membro do Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD VOTA CONTRA porque é do conhecimento público que, em breve, estará em discussão pública o POOC, nomeadamente para a área correspondente ao assunto em causa, para o que a Câmara Municipal já apresentou propostas as quais, curiosamente, incluem, praticamente, todos os itens que o JPNT indica e que, aliás, são já identificados há muitos anos.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstenho-me porque não tenho conhecimento de qualquer demolição e embora concorde com vários considerandos, é urgente uma solução para a referida zona uma vez que há estabelecimentos não licenciados como restaurantes, não há saneamento básico e estão a contribuir para fragilizar a duna primária.”*-----

Terminadas as votações sobre o voto de pesar e as recomendações, passou-se para a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende, tendo nesse momento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionado os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Presidentes de Junta se tinham alguma questão sobre a mesma, tendo a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino pedido para colocar algumas questões.

**INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** \_\_\_\_\_

Pediu esclarecimentos a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino, nos seguintes termos:

*“Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal: Nós até percebemos que, por comodidade, a informação escrita se limite à transcrição das notas de imprensa, mas, por uma questão de respeito por este órgão, impunha-se algum rigor. A dado passo, a informação refere e passo a transcrever “foi hoje inaugurada”. Hoje, Sr Presente? Custava muito mudar o tempo verbal? Congratulamo-nos que o Município de Esposende tenha decidido oferecer as fichas de atividades aos alunos do 1.º Ciclo. Congratulamo-nos duplamente. Em primeiro lugar pela medida em si e em segundo porque esta uma medida que constava no Programa do Juntos pela Nossa Terra que foi, e muito bem, aproveitada.*

*Uma última nota, em jeito de pergunta, a propósito do estacionamento nas zonas balneares: Sabemos que a Câmara Municipal desenvolver esforços no sentido do reforço do policiamento nas zonas balneares, mas como se sabe, esta medida não foi suficiente para sequer minimizar o estacionamento abusivo e impunha-se alguma acção. Pergunta-se: o que é que a Câmara Municipal está a pensar fazer para que esta situação não se volte e repetir?”*-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para, responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e para a sua intervenção política.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente da Assembleia,  
Restante Mesa aqui presente,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Deputados Municipais,  
Senhores Presidentes de Junta,  
Público aqui presente,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,*

*Uma nota prévia em relação à questão da alegada não urgência daqueles três assuntos que foram integrados na Ordem de Trabalhos, e esclarecer acima de tudo que, a Adenda ao contrato da Suma é necessária para dar uma resposta ao Tribunal de Contas e é importante que se resolva o mais rápido possível, daí a urgência que nós entendemos que está subjacente a um processo destes, a questão de reconhecimento do interesse municipal do Grupo Desportivo de Apúlia, eu penso que nem vale a pena discutirmos se é urgente ou não, eu não sei como é que vocês vão defender essa posição junto das pessoas de Apúlia, e do Grupo Desportivo de Apúlia, empurrando estes assuntos para uma Assembleia extraordinária com os custos que ela acarreta, a não ser que queiram prescindir todos das senhas, aí podemos pensar em mais Assembleias Extraordinárias, caso contrário as Assembleias ficam caras e portanto, não faz qualquer sentido por uma questão de tacticismo político não aceitarem a*

*integração de um documento que é para ajudar o Grupo Desportivo de Apúlia a ultrapassar o licenciamento junto da RAN, há uma incoerência total nesse pensamento. Nós entendemos que é urgente resolver o problema ao Grupo Desportivo de Apúlia, pelos vistos o Grupo Político do JPNT entende que não é urgente resolver o problema e estamos conversados, mas isso há que prestar contas em função das decisões que tomamos, eu também presto pelas minhas. Porque o assunto do Fão é só para conhecimento, é preciso que se diga, não há pronúncia por parte da Assembleia em relação a esse assunto. Nós quisemos numa lógica de transparência trazer o documento para conhecimento da Assembleia Municipal, mas o que estava em causa era a necessidade de responder ao Tribunal de Contas e de dar um documento de interesse municipal ao Grupo Desportivo de Apúlia para que possa licenciar e avançar com o seu projeto, com a urgência que me têm manifestado e que é necessário avançar.*

*Do Senhor Deputado Penteado Neiva, eu penso que sim, as comemorações dos 25 anos efetivamente, posso dizer que correram muito bem, penso que foi um momento elevado no nosso concelho, efetivamente tenho pena que não estivéssemos todos, naquele dia esquecêsemos as diferenças político partidárias e que nos uníssemos em prol do nosso município que é por isso que estamos aqui.*

*Enfim, cada um é responsável pelos seus atos mas lamento que quem podia estar presente não tenha estado presente, no entanto não deixou de ser uma cerimónia digna, muito participada por todos e acho que vamos ficar bem para o futuro, para daqui a 25 anos, quem vier cá comemorar os 50 anos olhar para trás e ver o que foi feito neste dia.*

*Com muita dignidade e sem custos muito elevados que também é importante.*

*Quanto à questão do auto de cedência do Forte e do auto de entrega da Estação Radionaval, há dias felizes na vida autárquica, não são todos complicados e com tudo o que eu disse aqui ao longo dos anos, porque já lá vão cinco que eu cá estou, desde a primeira semana quando eu assumi a Câmara Municipal em 2013, que fui a Lisboa ao Ministério da Defesa, não vou contar a história toda porque não vale a pena, corri para lá imensas vezes, com o anterior governo, estávamos bem encaminhados para resolver o problema, saiu o Governo, voltamos a reiniciar o processo todo, novos protagonistas sempre com o máximo respeito, conseguimos um acordo com a Universidade do Minho e felizmente chegamos a bom porto, com muitas dificuldades mesmo para ultrapassar este problema.*

*É assim, é a Administração Central a funcionar, toda esta burocracia que lhe está inerente, foi muito, muito difícil.*

*É verdade e eu não sou ingrato com ninguém, muito menos com quem nos ajuda, é impossível. Eu tinha dito aqui que se isso fosse resolvido, teria todo o gosto em convidar o Sr. Secretário de Estado a vir cá. Eu digo que neste momento a Estação Radionaval está já registada no nome da Câmara Municipal, é nossa em boa verdade. Já pagámos e já está registada nas Finanças e na Conservatória.*

*Eu convidei o Sr. Secretário para vir cá, para lhe agradecer publicamente, não preciso de lições de moral, em relação a isso, não ponho à frente as questões partidárias em detrimento dos interesses dos munícipes do Concelho de Esposende, era só o que faltava. Portanto, tive todo o gosto em convidá-lo e ocorrerá na próxima sexta-feira, para a qual ficam desde já todos convidados, pelas 15 horas, para uma cerimónia no Forte S. João Batista e não na Câmara, peço-lhes até para que passem a palavra, por via da agenda do Sr. Secretário de Estado, foi necessário reajustar essa cerimónia e será no Forte S. João, às 15 horas e vamos receber as chaves dos dois imóveis.*



*É uma história, desde a primeira vez que eu “pus os pés” numa Assembleia Municipal, que sempre se falou disto e andava eu pela Junta de Freguesia, como secretário, etc e é um sonho que se concretiza agora, claro que eu já sei que agora, e o Dr. Neiva fez-me essa maldade, fez-me essa exigência, é preparar o passo seguinte, é começar a fazer aquilo que estamos a fazer, é verdade já tínhamos acordo com a Universidade do Minho, já tínhamos e estamos a começar a desenvolver projetos, vamos integrar não só a Universidade do Minho como é óbvio porque há ali outras entidades de cariz local até, que terão interesse em participar connosco nestes projetos e acredito que seja um passo para relembrar daqui a uns anos, fundamental, muito importante para o município de Esposende.*

*Acima de tudo, são dois imóveis que vão ficar ao serviço das populações e não para serem desenvolvidos projetos de cariz privado, é importante reafirmar isto mais uma vez.*

*Quanto à questão de Cedovém se calhar até é oportuno responder desde já a algumas questões, bem não são duas décadas, são para aí umas quatro, a ocupação daquele espaço foi sendo feita de forma gradual ao longo dos anos e nunca ninguém assumiu uma posição como nós acabamos de assumir agora, só que a diferença da nossa posição em relação a outras que foram assumidas no passado, é que a nossa é uma posição de cooperação entre as instituições e não de confronto com as instituições e com as populações, é que é um bocadinho diferente a abordagem que se faz.*

*Eu já disse aqui como é que era, há-de haver um momento, um dia destes, em que, o que se passou não foi nada de especial, nós temos obrigações (durante o mandato anterior havia um conjunto de pessoas que achavam que me iam conseguir derrotar, em face de eu não fazer o meu trabalho, as eleições vieram comprovar o contrário, nós fizemos o nosso trabalho e fomos reconhecidos de forma esmagadora) agora, iniciou-se uma nova fase, é a fase das queixas na Judiciária e no Ministério Público, devo ter para aí umas dez neste momento, em relação a tudo e mais alguma coisa, muito sub-reptícias e sempre sem nome, vá-se lá saber porquê, mas isso está a acontecer. É uma vergonha porque já foi tentado no passado e só estão a prejudicar o concelho, uma delas é precisamente essa, em relação a Cedovém, muitos daqueles que se calhar tomam posições de anjinhos perante a opinião pública, são os promotores dessas queixas nas entidades, para virem chatear o Presidente da Câmara e todos aqueles que estão ligados a estes processos, a questionar porque é que ainda não demoliram os restaurantes de Apúlia? E nós lá temos que responder do andamento dos processos, que está com o POOC em revisão, que estamos através da Polis a desenvolver um projeto, isto é verdade, eu disse isto às pessoas de Apúlia que vieram aqui, mostrei-lhes os documentos, aliás as queixas estão nos processos de obras, portanto, eles têm acesso a eles quando quiserem, mostrei-lhes os documentos, é assim que se faz política no concelho de Esposende, infelizmente, para algumas pessoas, o que é lamentável. Eu cheguei à Câmara há 5 anos, o problema tem 40 anos, não tem cinco, porque é que os outros não resolveram também o problema? Agora a culpa é do Presidente Benjamim Pereira, ou do executivo que está aqui em relação ao que lá se fez? Nós estamos a resolver o problema que é uma coisa bem diferente. Eu consegui recuperar no âmbito da Polis Litoral Norte, havia onze milhões de euros que se perderam aquando da reestruturação dos programas Polis, conseguimos capitalizar novamente essa ação com 14,5 milhões de euros, estamos a fazer um acordo com a APA, porque entretanto a Polis está em liquidação como sabem, estamos a fazer um acordo com a APA para conseguirmos um contrato inter administrativo para nos legitimar a desenvolver um projeto para aquela zona e vamos resolver o problema com as pessoas de Apúlia a bem, com a*

*participação de todos, salvaguardando os interesses de todos, desde que a lei o permita, sempre dentro de um quadro legal obviamente, fazerem política contra mim, tentarem-me abater por essa via também não vão conseguir, podemos cometer um ato negligente, ninguém está livre disso, nem na nossa vida privada, mas por intencionalidade, não é assim que se lá vai. É vergonhoso aquilo que está a acontecer, verdadeiramente vergonhoso, o que está a acontecer. Se pensam que me vão travar assim, podem ter a certeza que não vão lá e eu, vou, denunciar isto ao povo do concelho de Esposende, as pessoas de Esposende têm que saber que o Presidente que elegeram, com uma grande maioria, está a ser alvo de um ataque inqualificável, não são pessoas que se preocupam com o concelho de Esposende. Se alguém se preocupa com o concelho de Esposende, tem que ter a coragem de fazer como eu faço, estar aqui, se querem apresentar uma queixa, denunciam publicamente, dizem quem são as pessoas, quem é o interessado, dão a cara e vêm defender isso, vêm aqui à Assembleia, eu estou aqui. As pessoas que fazem isso são pessoas cobardes, têm atitudes cobardes e estão a utilizar os mecanismos legais que o Estado de direito lhes confere, para criarem primeiro, uma despesa enorme ao Estado, em investigações completamente absurdas e para criarem problemas ao desenvolvimento do concelho de Esposende e isto, eu tinha que deixar aqui esta nota para que todos saibam, nomeadamente as pessoas de Apúlia, o que é que está a acontecer em relação a este processo.*

*Mas dizia eu, para terminar, Cedovém vai ser resolvido com um projeto, defendendo aquilo que aqui foi dito pela deputada Sandra Bernardino, não é nada de novo, eu fazia parte do anterior executivo também, defendeu-se é verdade essa posição, é isso que eu tenho reafirmado a toda a gente, só que nós fomos um bocadinho mais longe, mas nada que seja incompatível, propusemos também a requalificação integral de toda a zona envolvente e não só resolver o problema de Cedovém e Pedrinhas e isso vai acontecer com os passos que têm que ser dados, com calma, isto para justificar a ação que tivemos que fazer de notificação de todas as pessoas que lá estão, das contraordenações e da intenção de demolição, porque se eu não o fizer, perco o mandato.*

*Eu tive que tomar essas atitudes, obviamente que a responsabilidade não é só da Câmara, a APA tem responsabilidades, a Comissão de Coordenação tem responsabilidades, há muita gente com responsabilidades nestes processos todos, nomeadamente nos que estavam antes de mim, são procedimentos normais que eu tenho que fazer, pedi à fiscalização para ir lá, e eles em função das evidências que lá têm, deram uma informação técnica, eu dei os despachos correspondentes e as pessoas foram notificadas, em função disso, foram logo para a imprensa criar um problema, tentar criar um engulho político e um desconforto político ao Presidente da Câmara, só que eu falo a verdade às pessoas. É difícil fazer política quando se está a lidar com uma pessoa que fala verdade e na cara das pessoas. Eu chamei as pessoas e expliquei processo a processo, pessoa a pessoa o que é que estava a acontecer em relação a eles.*

*Dizer que este processo vai ser participado, e a Junta de Freguesia obviamente que será envolvida, quando passarmos agora à fase operacional, quando fizermos o acordo com a APA, a Junta de Freguesia, os interessados serão chamados para uma reunião e concertar-se-á toda uma intervenção naquele local.*

*O Dr. Neiva falou também da questão do museu Motom, por acaso tive oportunidade de estar lá, como sabe e também fico muito contente, especialmente pela freguesia de Curvos também, no fundo por ter ali um elemento único no mundo, podemos mesmo dizer assim, que faz inveja aos próprios Italianos, que não existe um museu daqueles, com aquela qualidade em Itália, apesar de a fábrica ter sido em Milão, não conseguiram juntar todas aquelas motas que é uma*

*paixão fantástica do Eng.º Paulo Cunha e um investimento admito eu também considerável. Portanto, estou muito satisfeito que isso aconteça, além do mais, um museu a custo zero para o município de Esposende, há a possibilidade de estabelecermos até um protocolo de visitação, claro que não vai estar aberto todos os dias ao público, é num espaço privado, é na Quinta do Eng.º Paulo Cunha, é uma questão de estabelecer esse protocolo, no sentido de se poder ir visitar, porque vale mesmo a pena visitar.*

*Do Senhor Deputado Cepà Carneiro, a questão da descentralização, isto é um processo extremamente complexo, posso-lhe dizer aqui hoje que, não concordei com a posição do meu partido relativamente a este processo, nomeadamente com o Dr. Rui Rio, acho que foi claramente precipitada, não estavam em cima da mesa os dados, um trabalho sério teria sido feito verificando exatamente em relação a cada área, a cada setor, quais os custos que o Estado tinha e depois eu até aceitava se me dessem a gestão, eu aceitava de olhos fechados, se me dessem a gestão de tudo aquilo que o Estado faz, olhando às despesas reais e deduzindo 10%, eu aceitava no mesmo minuto, ou 15% se calhar, não tinha problema nenhum em aceitar porque nós somos muito mais eficazes e muito mais eficientes na gestão, a verdade é que nós não sabemos do que é que estão a falar. Nunca nos dizem quanto é que gastam, e só é possível aceitar, quando fizermos as nossas contas. Portanto, resposta, vamos aguardar pelos diplomas setoriais, verificar quais são as competências realmente que transitam para a Câmara Municipal, fazer as nossas contas, se der para fazer o trabalho com esses 10% que seja, a menos, estaremos disponíveis, o que já será injusto, se não for possível, pois teremos que rejeitar naturalmente.*

*Dizer ainda que isto será objeto de uma discussão mais alargada como é óbvio, nem vamos tomar uma posição apenas do executivo, sem uma discussão mais alargada de todas estas matérias.*

*Quanto à Solidal, falou-se muito disso, a Câmara já era responsável pelo encerramento da Solidal, vá-se lá saber porquê, chamei os gerentes da Solidal, entretanto eles também queriam falar comigo porque tinham uma proposta para me apresentar, havia um investidor que queria investir, mas que precisava de algum conforto, numa decisão que tivesse que tomar em relação a uma intervenção na própria unidade fabril, nós passamos essa carta de conforto, sem nos comprometermos com coisas que não podíamos, em termos de licenciamento, mas que à partida terá sido suficiente para encontrar esse investidor, para o convencer a investir na Solidal e até ver, a situação estará estabilizada, mas enfim, são situações que dependem muito, por vezes até do mercado, pese embora, me pareceu que o problema era muito mais de liquidez financeira para comprar matérias-primas, para poder satisfazer encomendas que até teriam. Não tive mais contacto com as pessoas, suponho que o assunto tenha sido bem resolvido.*

*As demolições de Cedovém penso que já respondi à questão colocada.*

*Da Senhora Deputada Anabela Solinho, não fale de irregularidades, não cometemos nenhuma irregularidade, quando muito poderá haver decisões que são mais ou menos acertadas, uma irregularidade tem uma conotação muito estranha e que eu não gosto nada de ouvir.*

*A questão das dimensões das ecovias repare, os projetos são desenvolvidos por técnicos profissionais que fazem estes projetos um pouco por todo o país e às vezes até fora do próprio país, eu já tinha dito aqui a natureza do projeto, como é que ele foi desenvolvido no âmbito da Polis, a exemplo de todos os outros municípios, muito honestamente, as vias de que estamos a*

*falar não são vias para circular à velocidade a que lá se circula, o estreitamento das vias é uma técnica utilizada em termos de engenharia, quem sabe destas matérias, o estreitamento das vias para a diminuição da velocidade, é assim que funciona senhora Deputada, caso não saiba, pode perguntar a técnicos que estejam por dentro dessas matérias que saberão como responder. Não é um estreitamento de modo a que não passem as viaturas, é um estreitamento que implica que as pessoas tenham que andar mais devagar.*

*Quanto à questão do estacionamento, o caos está instalado em Apúlia, Fão, Esposende e Cepães há duas décadas, não surgiu agora, a nossa responsabilidade, sobre este assunto nós fizemos o seguinte, pedimos à Universidade do Porto ao Eng.º Álvaro Costa, que é professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, especialista na área do trânsito, para fazer um estudo do trânsito para estas zonas e pretendemos implementar esse estudo. Entretanto vamos contratar uma parte operacional (portanto, projeto operacional). Até lá, tentamos encontrar terrenos disponíveis para acolherem algumas viaturas, acreditamos que as pessoas procurassem os terrenos, porque não estão assim tão longe quanto isso das zonas balneares, aliás noutros locais no país e no estrangeiro é normal andar 400 metros, 500 metros, um quilómetro muitas vezes, a pé para se chegar a uma área balnear. No município de Esposende, parece que toda a gente tem que levar o carro para cima das dunas, ou para o areal.*

*Há hábitos que têm que ser alterados, nós fizemos mais este ano, do que se tinha feito nos últimos anos, portanto conseguimos sete terrenos disponíveis com indicações, para as pessoas poderem estacionar os seus carros, de forma gratuita. Dizendo com isto também, que estamos em zona de Parque Natural e temos muitas limitações em termos de autorizações por parte do ICNF. Aliás posso vos dizer que era nossa intenção ter um terreno junto às torres de Ofir, quase com uma duplicação do espaço e foi inviabilizado automaticamente pelo ICNF que não permite, são zonas PPI e não permite sequer o pisoteio, quanto mais as viaturas lá em cima e é difícil lutar contra isto. A preocupação está cá mas é muito difícil lutar contra isto.*

*Quanto aos nadadores salvadores tentando ser mais sintético, nós não temos competências nesse âmbito, talvez venhamos a ter agora, pelos vistos é uma das competências que vem para nós, mas nós não temos competências para isso, nem receitas e pagamos entre quarenta a cinquenta mil euros por ano para os nadadores salvadores, é uma injustiça que se comete com o município de Esposende e se calhar com outros, porque acaba por recair sobre nós odioso da questão, se alguém tem a infelicidade de perder a vida numa situação dessas, acaba sempre por ser a culpa da Câmara, quando em boa verdade a Câmara não tem nenhuma responsabilidade nisto, mas o Estado lava as mãos e deixa as pessoas à sua sorte. Portanto, nós não podemos ser criticados por não cumprir uma coisa que não é da nossa competência, que aliás até acabamos por cumprir até uma determinada altura, mas penso que terminou, no dia 15 de setembro vamos reanalisar a situação, porque eu não quero que as praias estejam sem cobertura, é verdade, mas isto sai dos bolsos dos munícipes de Esposende, é bom que as pessoas percebam isso.*

*Quanto à sensibilização dos autarcas para a utilização ou não de pesticidas, a lei é do conhecimento geral, é assim, aliás nós somos criticados até na própria cidade por aparecerem ervas, mas agora a forma de combater as ervas já deixou de ser com os pesticidas, passou a ser apenas trabalho manual, faz-se uma limpeza hoje, dali a oito, quinze dias ou três semanas, com um bocadinho de chuva está outra vez tudo cheio de ervas e temos que aprender a conviver com esta situação, ou aceitamos melhor a permanência dessas ervas, ou então temos o dano ambiental de utilizar os pesticidas, é só escolher, e incumprindo a lei, ou violando a lei*

se quiser.

*Utilizar a pedra dos lancis usadas, eu compreendo até numa ótica de poupança era importante, o problema é que, a qualidade da obra final não é a mesma, repare se eu colocasse numa obra nova, lancis usados, dependendo do nível de desgaste que eles têm, seria um horror, portanto há que reaproveitar muito bem, mas eventualmente para outras zonas, como nós aproveitamos a calçada, etc, para outras zonas, para outros caminhos e não para as obras novas.*

*Do Senhor Deputado Tito Evangelista, sempre a mesma coisa todos os anos, ou anda lá próximo, isso nem é propriamente uma crítica, se quer que lhe diga, é um elogio, porque tudo o que tem ocorrido durante os últimos anos, muito honestamente acho que tem sido de elevada qualidade, mesmo assim, não é sempre a mesma coisa, porque este ano tivemos o dia do emigrante que teve muito bom acolhimento por parte da nossa comunidade de emigrantes. Também, nunca tínhamos tido vídeo mapping e foi um enorme sucesso como sabe e portanto não se pode dizer que foi exatamente igual e já agora, deixe-me complementar com uma informação, é que ainda gastamos menos dez mil euros no total, daquilo que tínhamos gasto no ano passado, não deixa de ser curioso, inovando e fazendo tudo igual ao mesmo tempo.*

*Quanto aos dados da atividade económica, diz que não se faz nada, que está tudo parado, no entanto as exportações do Concelho cresceram a uma taxa média de 16% nos últimos dois anos, 16%, num país que chegam a dez, estamos 6% acima e isto são dados do INE. A taxa de desemprego em Esposende é 4.75%, isto nem é desemprego, isto é desenvolvimento. O desenvolvimento é vir para aqui uma grande empresa para 500 pessoas, isso é desenvolvimento; se aparecerem dez microempresas, pequenas empresas, isso já não é desenvolvimento. Mas nós temos uma visão de desenvolvimento económico completamente diferente dessa, dizendo que a taxa de desemprego a nível nacional é de 6.8%, portanto, estamos abaixo um bom bocado.*

*O turismo, só para sua informação, cresceu em 2017, 17% relativamente a 2016, isto em termos de hóspedes e só estou a falar de Esposende e em termos de dormidas cresceu 13%. Em 2018 relativamente a 2017, crescemos 30% em relação ao período homólogo do ano anterior, não é 2016 em hóspedes, 42.106 contados até agosto, dormidas cresceram 16% relativamente ao ano anterior e até agosto, já contamos 94.480 dormidas. Claro que estamos a andar para trás!*

*De resto, zona desportiva, parque da cidade, variantes, bem gostaria eu e todos nós que isto estivesse feito, o problema é que isto não depende como sabe dos fundos do município, estamos a falar de investimentos de dezenas de milhões de euros para as variantes, para o parque da cidade, para tudo isso. Nós vamos tentando alcançar aos poucos esses objetivos, mas não são objetivos para dois ou três anos, como é evidente a não ser, que esse grande Governo do Partido Socialista nos queira pagar as variantes, eu aí faço uma festa, fecho isto oito dias, e recebemos juntamente com a população de Esposende, aqui os Governantes com uma medalha de ouro para todos, se nos quiserem vir fazer as variantes, fazer esses investimentos, até lhe digo mais se fizerem isso tudo eu saíu da Câmara no dia a seguir, só tem que se empenhar nesse desiderato, é a forma de se ver livre de mim, se fizerem tudo o que está previsto no PDM, acredite que saíu satisfeitíssimo da Câmara já servi para alguma coisa, para o desenvolvimento do nosso concelho a um nível exponencial.*

*Mas falou de fiascos também, do centro de negócios, em breve será exatamente a mesma história que estamos a contar em relação à Estação Radionaval e ao Forte S. João, há que*

*aguardar, há que ter paciência, eu também tenho que remédio.*

*Em relação às ecovias, nós temos seis empreitadas de ecovias, temos neste momento uma candidatura para fechar a ecovia de Rio de Moinhos a S. Paio de Antas, de dois milhões de euros e é a Fundos Comunitários, não é o Governo, também nem tudo é o Governo, também temos aqui a nossa mão, o problema é que já não é a Polis neste momento, é uma relação nossa com a APA, é um acordo como vamos fazer em relação à barra, como vamos fazer em relação a Cedovém, vamos fazer essa candidatura, é APA e quanto ao canal está a aguardar pela Declaração de Utilidade Pública é só isso, não está nada perdido, nós fizemos o nosso trabalho e estamos a aguardar, aliás um dos assuntos que vem aqui hoje tem a ver exatamente com isso.*

*Mas, eu não posso terminar esta minha intervenção, o Senhor Deputado falou muito aqui que deviam falar de assuntos locais, que os assuntos de âmbito nacional não interessavam muito, mas eu vou ter que lhe fazer uma pergunta, porque na Assembleia anterior deixou no ar uma questão e esta é de cariz local, se já sabe qual é o terreno que nós vendemos ao filho do Dr. Reis, é uma pergunta que eu lhe deixo para responder quando tiver oportunidade para o fazer. Se já sabe qual é o terreno e se tem provas de que nós vendemos, nós Câmara, Esposende Ambiente, um terreno ao filho do Dr. Reis porque afirmou aqui na última Assembleia que eu, Câmara, teríamos vendido um terreno ao Dr. Reis, ou a um filho do Dr. Reis, eu confesso que a primeira coisa que fiz no dia seguinte foi pedir os documentos todos do que se tinha vendido para saber se era verdade e não é. Isto é um assunto local, de interesse, porque o senhor acabou por provocar aqui um clima de suspeição sobre mim, que eu tenho que esclarecer, é só isso.*

*E já agora deixar uma nota à bancada do Partido Socialista, se me permitem que é, se tiveram conhecimento da deslocação do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional, a Esposende, há cerca de um mês a esta parte, só se tiveram conhecimento que ele cá veio ou não, porque alguém me fez chegar essa informação, mas como formalmente não me disse nada, também não tem que dizer, é certo, ele é livre para vir quando quiser e onde quiser, mas era só para saber se esteve presente ou não e se tiveram conhecimento.*

*Da Senhora Deputada Sandra Bernardino, quanto à proposta do Grupo Desportivo de Apúlia é claramente populismo, é um aproveitamento político, porque o assunto foi mais do que discutido, repare, as mesmas pessoas que estão no Grupo Político que vocês defendem passaram por aqui 15 anos e o que é que fizeram pelo Grupo Desportivo de Apúlia?*

*Zero, ou muito próximo disso. Eu reuni com aquelas pessoas, porque elas se juntaram para reavivar o futebol em Apúlia e o Sr. Presidente da Junta está aí, sabe muito bem que eu fui lá com ele, na altura em que aquilo ainda estava cheio de ervas, reunimos com eles e eles trabalharam que nem Mouros lá dentro para limpar aquilo tudo, pintaram as paredes e eu disse-lhes: “se vocês trabalharem, se reiniciarem a atividade, eu ajudo-vos” e foi isso que eu fiz, numa cerimónia pública, num valor até 250.000,00 euros, pese embora nós tivéssemos colocado fasquias, como se fez em Marinhas, como se fez em Fão, nada de novo, não disse que era só aquele dinheiro que ia ser dado ao Grupo Desportivo de Apúlia, nós não tínhamos um projeto para trabalhar. Apontamos para um valor estimado 250.000,00 euros aproximadamente, era só para lhes dar uma garantia escrita e a minha presença pública, dizer assim está aqui, até este valor, comprem os terrenos. Fui eu que os incentivei, eles queriam comprar um terreno apenas e eu disse não, comprem o do lado dali também, o próprio campo tem de ser reajustado para ficar melhor, para não ficar ali torcido em relação*

à via. Compraram o outro terreno, foi a Câmara que pagou 100% dos terrenos, não foi 50%, a Câmara pagou os terrenos. Pagamos o projeto e a seguir vamos ver como é que fica, garantimos 125.000,00 euros para a obra e eles aceitaram, ficaram satisfeitos sabendo que têm do lado de cá, uma pessoa com quem podem contar sem qualquer tipo de problema, e tudo isto é de carácter público.

Vir aqui agora dizer, repare, eles queriam que a obra comesse na semana a seguir, a vontade deles era pôr o Grupo Desportivo de Apúlia num campo novo. Eu disse: "meus amigos, temos que ter muita calma, isto tem que ser levado com responsabilidade, não é para levar como já se fez no passado, é primeiro comprar os terrenos, registar os terrenos, desenvolver um projeto, aprovar o projeto nas entidades (é isso que estamos aqui a fazer hoje e que vocês queriam adiar) e depois, vamos às obras e quando formos para as obras, cá estaremos para os ajudar, em plano de igualdade com todos os outros, da forma que ajudamos todos os outros do concelho".

Era o que faltava discriminarmos negativamente a população de Apúlia, muito pelo contrário, as pessoas merecem-me todo o respeito e estaremos aqui para os ajudar e eles têm trabalhado imenso, eu tenho acompanhado isso, portanto, ainda bem que vocês acham que se deve apoiar o Grupo Desportivo de Apúlia, porque eu também acho. Mas, vem a destempo, vieram tarde uma década talvez.

Quanto ao POOC, nós demos os contributos necessários para a elaboração/revisão do POOC, para transferir para programa que depois vai ser vertido no nosso Plano Diretor Municipal, como é do vosso conhecimento, posso dizer que nós dissemos lá exatamente aquilo que aqui foi falado, mais aquela parte que eu acrescentei da requalificação global de toda a zona envolvente, aliás dando cumprimento a um compromisso assumido com os baldios de Apúlia e com a própria Junta de Freguesia de Apúlia, nós sempre nos comprometemos a desenvolver para ali um projeto para toda a zona envolvente. Dizer-vos que o POOC foi votado na DGT na quinta-feira passada e, acabamos por ver um documento aprovado que não nos agrada, pese embora ele vá para discussão pública agora, portanto temos a nossa participação. Eu comprometo-me aqui com toda a gente obviamente, logo que seja publicado para discussão pública vamos fazer uma sessão pública de apresentação desse plano, do que está feito até agora e estão lá as referências que aqui foram feitas, o município deu as referências exatamente que aqui foram feitas. Agora, há situações graves e eu vou deixar aqui este alerta na Assembleia, há situações graves que não se prendem tanto com o que está a dizer mas muito mais com a definição da margem, o conceito de definição de margem que está definido na legislação sobrepõe-se, reparem que, há uma tentativa de fazer mais ou menos isto, mesmo nas zonas urbanas consolidadas, estamos a falar por exemplo em Apúlia, por exemplo na zona do Pérola, mesmo as obras que nós pretendemos fazer ali podem ser colocadas em causa, em função da definição de margem que eles têm que se sobrepõe aquilo que é o domínio privado, porque aquilo não é domínio público, é domínio privado e mesmo assim podem tentar impedir a construção. Ora, nós nunca aceitaremos isso, mas não é só o município de Esposende, são todos os municípios desde Caminha a Espinho, todos os municípios estão contra esta situação e inclusive hoje troquei umas impressões com o meu colega de Viana do Castelo e disse-lhe que em última análise nós até para o Tribunal vamos, não vamos aceitar uma coisa destas de forma alguma, em zonas consolidadas não se poder, no fundo colmatar essas mesmas zonas, como é o caso da zona do Pérola, etc. Seria dramático que isso viesse a acontecer, mas isto será tudo objeto de uma sessão pública, de um esclarecimento público e de um envolvimento dos particulares que porventura se mostrem interessados nesta matéria.

*Quanto à questão da Senhora Deputada Sandra Bernardino, da informação escrita, trata-se de uma mera gralha, eu compreendo isso e acredito que me dedico muito a corrigir esse tipo de coisas, mas por vezes acontece passar uma gralha nos tempos verbais, não me parece que altere o entendimento do documento.*

*E quanto à questão das fichas dos alunos ser um aproveitamento, eu gostava que percebesse que até é salutar que de alguma forma haja pontos de entendimento, daí até dizer que houve aproveitamento, quer dizer, acha que nós ainda não tínhamos pensado nisso? Então quem começou a dar os livros não fui eu? Não fui eu que comecei a dar os manuais ao 1º ciclo, antes do Governo o fazer?*

*Agora fomos fazendo uma evolução, demos ao 1º ciclo, depois o Governo deu ao 1º ciclo, nós começamos a dar ao 2º ciclo, agora o Governo dá ao 2º ciclo, nós damos as fichas, vocês não me vieram ensinar nada em relação a isso, fui eu que comecei com isso.*

*Ficou por responder, por esquecimento à Senhora Deputada Anabela Solinho, em relação ao saneamento na Quinta da Barca, segundo eu sei, desde que foi construída, a Quinta da Barca, tinha um sistema de saneamento com duas Etares, entretanto houve uma intervenção por parte das Águas do Norte, que criou um sistema em "alta" e permitiu a ligação de todos os moradores a esse sistema. Entretanto, uma dessas Etares estaria selada e outra não estava selada, houve um by-pass que acabou por ter um problema qualquer e houve um vazamento durante dois ou três dias para o rio. Foi selado, que fique bem claro que não é um problema da Câmara nem da Esposende Ambiente, o assunto foi arrumado e neste momento todas as pessoas da Quinta da Barca estão ligadas ao sistema público de saneamento que é conduzido para a Etar que é conhecida aqui em Gandra, foi essa a situação."-----*

Terminados os esclarecimentos prestados por parte do Senhor Presidente da Câmara às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, pelo Presidente da Mesa foi encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, informando o público presente de que se poderia inscrever para intervenção do público, no final do Período da Ordem do Dia, conforme prevê o Regimento.

## **02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

### **02.01 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de julho de 2018, foi presente na sessão para deliberação, o Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----



O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve explicação do documento.

Colocado o assunto à votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.**-----

**02.02 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE ALUGUER EM AUTOMÓVEIS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de julho de 2018, foi presente na sessão para deliberação, o Regulamento da Atividade de Transporte de Aluguer em Automóveis Ligeiros de Passageiros, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve explicação do documento.

Pedi para intervir o Senhor Deputado Municipal Tito Evangelista referindo que:

*“Quanto às questões que o Senhor Presidente colocou do terreno do filho do Dr. Reis, não foi nenhuma insinuação, foi apenas uma pergunta e não falei dessa questão, nem falei do contrato com a empresa Geofuture que pedi há três meses que a Câmara me desse, e ainda hoje estou à espera dele, portanto nem falei do outro nem falei deste porque, neste momento segundo me disseram não era o momento para falar.*

*Quanto à questão do Senhor Secretário de Estado da Defesa, o Senhor Secretário de Estado da Defesa não veio a Esposende, mas o Dr. Marques Perestrelo, que é meu amigo, veio cá almoçar comigo, é evidente que eu quando almoço com os meus amigos, convido quem eu quero, podia ter convidado o Senhor Presidente da Câmara, mas não tenho uma relação de intimidade consigo, que me permita ir almoçar consigo, portanto ficaria mal se eu nesse dia o fosse convidar. Mas, devo-lhe dizer que quando precisar de alguma coisa que eu possa ajudar, junto dos meus amigos para interceder por Esposende, eu estarei sempre e o PS, estará sempre disponível para fazer por Esposende tudo aquilo que for possível.*

*Quanto à questão do regulamento, há aqui algumas questões que eu gostava de colocar e uma delas era que, neste tipo de regulamentos eu acho que é sempre preferível não se especificar as normas concretas para que remete o Regulamento, porque qualquer alteração legislativa dessas normas leva a que o Regulamento imediatamente tenha necessidade de ser revisto, porque pode remeter para alguma norma que já não existe, ou entidades, devemos ser sempre suficientemente amplos e abrangentes para não estarmos sempre a necessitar de alterar os regulamentos.*

*E depois há aqui questões que eu acho que ficariam melhor resolvidas, quando por exemplo o artigo 8º na a) diz: “Estacionamento condicionado – na freguesia de Esposende, nos locais indicados no Anexo I e de acordo com a lotação nele prevista.”*

*Ora a freguesia de Esposende não existe, existe a cidade de Esposende, era preferível substituir onde diz freguesia por cidade, ainda por cima tendo um anexo com a localização, seria mais adequado. Logo à frente fala na União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra, logo no artigo 9º, substituindo essa referência às freguesias pela localidade, cidade de Esposende, assim como na vila de Fão, na vila de Apúlia e na vila de Forjães, precisamente para ultrapassar esta questão das freguesias, ainda por cima sabendo, como é previsível que dentro de pouco tempo as freguesias serão chamadas, ou o município será chamado a pronunciar-se sobre a revisão da agregação das freguesias e eu estou mesmo a ver que Apúlia e Fão não vão continuar como uma única freguesia, portanto isso evitará esse tipo de questões e fica o assunto resolvido.*

*Também há uma questão que tem a ver com a periodicidade das revisões da situação, é fixado dois anos, eu não vejo porque é que a Câmara se há-de autolimitar, podia ser sempre que fosse entendido, mas globalmente as observações são estas.”-----*

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

*“Muito bem, eu parecem-me pertinentes essas observações no que toca às designações, etc, embora uma coisa é certa, nós temos que olhar para os regulamentos não como um documento de carácter definitivo, se nos dão a possibilidade de os alterar em Assembleia Municipal é porque lhes dão um carácter, eu não vou dizer mais precário, mas uma agilidade maior na definição dessas regras, e isso da reforma administrativa, Deus queira que seja rápido, levará a que um conjunto de alterações e serão tantas, agora para repor tudo como estava.*

*De qualquer modo, eu não me oponho absolutamente nada que sejam alteradas essas designações e que seja aprovado assim, muito sinceramente. O facto de não reportar à lei, ou não fazer referência à lei, é que pode acontecer também que sendo alterada a lei geral, ficamos em incumprimento na mesma.”-----*

Colocado o assunto à votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE ALUGUER EM AUTOMÓVEIS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.-----**

**02.03 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS, PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O PONTO 2.3 DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----**

De harmonia com o ofício nº 40/SAOA/2018, de 17 de setembro de 2018, do Presidente da Câmara Municipal, foi presente na sessão para conhecimento, os pedidos de isenção de taxas e de ratificação de pedidos de isenção de taxas, concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do ponto 2.3 das medidas provisórias aprovadas na sessão de 30 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto apenas para conhecimento, pelo que, se houvesse alguma dúvida poderia esclarecer.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

**02.04 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório e Contas do exercício de 2017 da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto apenas para conhecimento, pelo que, se houvesse alguma dúvida poderia esclarecer.

Pediu para intervir o Senhor Deputado Municipal Tito Evangelista referindo que:

*“Eu concordo com isto, no fundo é para isentar taxas para a captação de investimento, só não concordo com o facto de remeter qualquer conflito para um centro de arbitragem, eu nestas coisas gosto sempre mais do tribunal, apesar dos defeitos dos tribunais, sempre dão mais garantias de isenção e imparcialidade, e depois, acho que fica mal, eu não acredito que tenham sido os serviços municipais a redigir isto, fica mal dizer “é, de livre e boa-fé, acordado e reduzido a escrito o presente Contrato de Investimento”, mau é se num contrato as pessoas não assumam que estão de boa-fé, quando à partida têm necessidade de escrever que é, de livre e boa-fé a assinatura de um contrato, estamos muito mal, há um princípio normativo de boa-fé no artigo 762º do código civil, que obriga a que as pessoas hajam de boa-fé, isto fica mal, isto é uma redação que é feia e depois inclusivamente faz-me lembrar agora as sociedades de advogados que se tornaram máquinas de fazer contratos e uma das coisas que estão a fazer é colocar a explicação do que são todas as palavras, por ex, o que são partes, como se nós não soubéssemos o que são partes.*

*Quer dizer, uma parte substancial do contrato é explicado por termos, calculo que não tenha sido a Câmara a fazer isto, se foi digam lá ao vosso jurista que fica muito mal isto.”*

De seguida pediu para intervir a Senhora Deputada Municipal Tânia Mota referindo que:

*“Quereria relativamente a este ponto só esclarecer quais são os critérios e se há eventualmente outros contratos em cima da mesa, e relativamente a esta questão da arbitragem, gostaria de fazer um comentário, muito mal me parece que, uma autarquia local, uma entidade pública, se sujeite à justiça privada. E parece-me muito mal especialmente porque, que se sujeitassem à arbitragem até dava de barato, agora dizer-se que a decisão final é irrecorrível, isso então é que me parece muito, muito mal. Acho que fica mal, não é transparente, não beneficia um processo de transparência neste tipo de situações, e queria deixar esse comentário mas queria*

*também perceber os critérios que a Câmara tem em consideração para a celebração deste tipo de contratos e se há outros.*-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

*“O que eu queria dizer em relação a estes contratos é que há mais, há mais uns catorze julho eu, estes eram os únicos que estavam assinados e os próximos virão também à Assembleia. Eles estão a ser apresentados e subscritos exatamente nos mesmos termos em que foi aprovado aqui o nosso Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, portanto já tinha sido definido na anterior legislatura, pelo que não podemos agora redigir um contrato que não vá ao encontro daquilo que foi aprovado quer pela Câmara, quer pela Assembleia Municipal, e é só isso, não quer dizer que não possa ser reanalisado, dizendo ainda que quem redigiu este documento, segundo o que me foi transmitido, terá sido o Dr. Rui Moutinho, mas eu vou-lhe passar essas críticas que o senhor fez.”*-----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.**-----

**02.05 – ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. - RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE E 1º SEMESTRE 2018 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-**

De harmonia com deliberações da Câmara Municipal, tomadas em reuniões realizadas nos passados dias 09 e 30 de agosto de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, os Relatórios de Execução Orçamental – 1º Trimestre de 2018 e 1º Semestre de 2018 da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era mais um assunto apenas para conhecimento, que estava presente na Assembleia o responsável, o presidente do conselho de administração da empresa municipal, portanto se houvesse alguma dúvida ele poderia esclarecer.

Pediu para intervir o Senhor Deputado Municipal Tito Evangelista referindo que:

*“Eu apenas queria referir isto, é que se nota das contas e do relatório de execução orçamental, nota-se uma degradação acentuada da gestão da Esposende 2000, não só em custos, mas os custos dispararam, a situação degradou-se, há aqui alguma explicação relacionada com o aumento salarial, mas isso são 25% de aumento, até porque grande parte das correções salariais já tinham sido feitas no ano anterior, o próprio Revisor Oficial de Contas alerta para esse facto, portanto o Senhor Presidente da Câmara, e a Câmara deve estar atenta a isso, porque há uma degradação substancial.”*-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

*“O facto de ter havido um aumento da despesa não quer dizer que haja uma degradação, há uma alteração da situação que, terá com toda a certeza as justificações que o senhor presidente do conselho de administração irá aduzir, tal como já o fez aquando da apresentação do assunto à Câmara Municipal. Se o senhor Presidente da Assembleia*

*Municipal autorizar, o senhor Presidente do Conselho de Administração da Esposende 2000 poderá esclarecer todas as razões da dita degradação.*-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da Esposende 2000, que esclareceu nos seguintes termos:

*“O relatório é só por si mais do que claro, o senhor deputado esquece-se do investimento feito na promoção da empresa e dos eventos macro que foram realizados, no final do ano as contas serão feitas e analisadas no global, é o que tenho a dizer.”*-----

O Senhor Presidente da Câmara complementou nos seguintes termos:

*“Tem a ver obviamente com a atividade da empresa, ela não tem que ser exatamente igual ano após ano, há situações que surgem e despesas que surgem, no final do ano tenderemos obviamente para o equilíbrio das empresas. As empresas municipais também não estão feitas para darem lucro, inclusive isso implica pagamento de impostos. Estamos a falar do primeiro semestre, há sempre uma correção no período de verão em relação às contas do início do ano, a utilização da piscina exterior tem um peso fundamental, tem sido assim, ano após ano, o primeiro semestre é sempre pior em termos de resultados, o segundo semestre acaba sempre por compensar, mesmo que haja um desfazamento cabe ao Conselho de Administração obviamente, com a nossa atenção, com os membros que fazem parte do Conselho de Administração, olhar para essa situação. O plano de atividades não é igual todos os anos, nem é gasto o mesmo valor nas mesmas áreas, como houve por exemplo um seminário “Cimeira da Vida”, com as despesas que isso implica mas que é importante para a promoção da empresa, é um exemplo de uma situação que surgiu que não se fez no ano anterior, assim como o Transcávado surgiu num contexto que não havia, começou a haver, e a haver despesas inerentes ao Transcávado e por aí fora, é normal a empresa não pode congelar e ficar assim para sempre, há que haver atividade, há que assumir riscos de gestão e corrigi-los até ao final do ano.”*-----

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que estava no relatório dos Revisores Oficiais de Contas, quando falava no aumento de 21% de gastos com pessoal, que referia especificamente de que é que se tratava: “*resulta da atualização de valores dos salários face a 2017*” e que todos sabiam que a lei do orçamento de Estado trouxe uma alteração substancial sobretudo para 2018, que trouxe um acréscimo relativamente às atualizações, e também pelo facto de a Esposende 2000 ter contratado quatro técnicos de exercício físico, quando no ano anterior só tinha contratado um, durante um mês. Pelo menos estava no relatório, estava simplesmente a reler aquilo que estava lá.

De seguida pediu para intervir a Senhora Deputada Municipal Tânia Mota referindo que:

*“Notei que havia um desvio que não é assim tão pequeno, e é até considerável, e diria que, esta forma de se responder não respondendo, não muito boa, até porque esta Assembleia Municipal é pública, até estão aqui os cidadãos de Esposende e é conveniente que as pessoas saiam daqui esclarecidas, não é dizer-se “olhem para os papéis senhores deputados, que está lá tudo”, porque não estamos só aqui nós, está também o público que nos merece respeito e nos merece algum esclarecimento, há um desvio, ou não há um desvio?”*-----

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a lei permite que se traga para conhecimento, e bem, para ir havendo um acompanhamento do órgão deliberativo do município, atividade fiscalizadora deste órgão, acompanhando as empresas do grupo municipal, Município de Esposende, o que faz todo o sentido, e é verdade que o relatório do ROC e bem, refere a que é que se devem esses desvios, portanto é verdade que se está dito aqui a que é que se devem esses desvios, e o senhor Presidente do Conselho de Administração através do senhor Presidente da Câmara disse, que no final do ano é que se tem que analisar o global e é verdade. Sem prejuízo de ter em conta aquilo que disse no senhor Presidente da Câmara, que estas empresas não têm que dar lucro, sob pena de terem que pagar impostos ao próprio Estado, mas há aqui funções sociais que estas empresas desempenham.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

**02.06 – ESPOSENDE AMBIENTE, EM - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE 2018 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de agosto de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Execução Orçamental – 1º Trimestre de 2018 da Esposende Ambiente, EM nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era mais um assunto apenas para conhecimento, que estava também presente na Assembleia o presidente do conselho de administração da empresa municipal, portanto se houvesse alguma dúvida ele poderia esclarecer, com a autorização do senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

**02.07 – ESPOSENDE AMBIENTE, EM - RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE - 2017 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 30 de agosto de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Sustentabilidade – 2017 da Esposende Ambiente, EM nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

**02.08 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADENDA AO “CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE**

A7

**DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS A DESTINO FINAL, DISTRIBUIÇÃO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA”.---**

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ADENDA AO “CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS A DESTINO FINAL, DISTRIBUIÇÃO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA”, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, COM 4 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, E 5 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra pelas razões que já constam da declaração de voto que fizemos na última deliberação sobre o mesmo assunto e que aqui damos por reproduzida e que gostaríamos que voltassem a ser repetidas aqui na íntegra: “Votamos contra porque entendemos que não tendo sido feito um concurso público, devia ter sido feito pelo menos, uma consulta de mercado para saber se, não teria sido mais vantajoso ter lançado um novo concurso e não, prorrogar o contrato existente com a SUMA. Julgamos que a explicação que nos foi dada, não é convincente e que seria mais vantajoso para o Município ou, um novo concurso, ou então uma demonstração de que este contrato era a melhor solução, do ponto de vista financeiro e técnico, para o Município.” E acrescentando às razões anteriores, que hoje estamos mais convencidos ainda, que a Câmara Municipal devia ter feito novo concurso para a prestação desses serviços e não ter prorrogado o contrato conforme o fez. Julgo que a prorrogação deste contrato acaba por lesar os interesses municipais.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Sabíamos que votar contra a inclusão destes três últimos assuntos na ordem de trabalho iria ser aproveitado politicamente pelo Sr Presidente da Câmara. Aquilo que esperávamos concretizou-se, como resultou da posição manifestada há pouco pelo mesmo.*

*Mas creio que fomos mal interpretados.*

*É que feita a análise possível destes assuntos, concluímos que não são de pouca monta, sendo até mais importantes que os assuntos que constam inicialmente na ordem do dia.*

*Tratam-se de assuntos que impunham uma análise cuidada e ponderada e, para tanto, há necessidade de tempo.*

*Tempo para a preparação da discussão.*

*Tempo para garantir o conhecimento prévio e atempado das questões a abordar.*

*O tempo mínimo para possibilitar aos membros da Assembleia a tomada das diligências tidas por adequadas à formação de uma vontade esclarecida.*

*Tempo que não nos foi concedido.*

*E foi por isso que votamos contra a inclusão destes assuntos na ordem do dia. Trata-se de uma posição que tem a ver apenas e estritamente com a forma de procedimento e não queríamos que fossem abertos precedentes. A nossa tomada de posição nada tem a ver com os conteúdos dos assuntos constantes das propostas, como o Sr Presidente da Câmara quer fazer crer. Por esse motivo, abastemo-nos, porque atento o que já dissemos, temos dúvidas que a inclusão destes assuntos na ordem do dia seja legal.”-----*

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto contra, em coerência com o voto que tive oportunidade também na altura de formular, aquando da renovação deste contrato, na medida em que na altura me suscitaram dúvidas várias, em especial relativamente ao processo de transparência, na medida em que na altura não houve concurso público e remeteria também para a minha declaração de voto que naquela altura oportunamente apresentei e que no fundo acaba por sintetizar e resumir o motivo pelo qual voto contra.”-----*

O Senhor Presidente da Câmara fez um breve esclarecimento, nos seguintes termos:

*“É importante que percebam e sabem disso com toda a certeza, o Tribunal de Contas é uma entidade fiscalizadora, nós somos obrigados a enviar para lá os documentos e para nós é um conforto, como é óbvio, ter a anuência e o visto aos vários contratos que vamos fazendo, sejam eles de empreitadas, etc. Se por acaso acontecer de não haver a atribuição de visto, aquilo que vai acontecer é que temos que fixar um contrato provisório com a prestadora de serviços, porque não podemos ficar sem a recolha de lixo obviamente, e lançar um concurso internacional para esta área, que demorará à volta de um ano, é preciso ter consciência disso, mas não vai acabar o mundo. Nós temos que saber lidar e sabemos lidar, com as regras que existem, nós tivemos muita dificuldade com a obtenção do visto para a aquisição do Pérola, depois conseguimos, pediram esclarecimentos, é normal, aliás o Tribunal de Contas tem sido até um entrave, em termos de agilidade dos processos. A questão da adenda se era possível ou não, se não for possível, o Tribunal de Contas dir-nos-á, não vamos fazer nada contra a lei. Nós acreditamos que o que foi feito, de alguma forma salvaguarda os interesses da Câmara Municipal, até porque, o facto de se poder eventualmente encontrar uma situação mais barata pode traduzir-se numa deterioração dos serviços, há montes de municípios por esse país fora cheios de problemas com estas questões da recolha dos resíduos. Nós entendemos que era a melhor opção, colocámo-la, se por ventura o Tribunal de Contas entender que foi incumprido ou violado qualquer procedimento, nós estaremos aqui para corrigir.”-----*

## **02.09 – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DO RECINTO DESPORTIVO DO GRUPO DESPORTIVO DE APÚLIA.-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA**



DA CÂMARA MUNICIPAL E ASSIM DECLARAR O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DO RECINTO DESPORTIVO DO GRUPO DESPORTIVO DE APÚLIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 4 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT.-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Apresento a mesma declaração de voto que fiz no ponto anterior, acrescentando que importa sustentar aqui, que o vereador do JPNT votou favoravelmente esta proposta e se houvesse tanta urgência o Senhor Presidente não tinha adiado a Reunião de Câmara.”*-----

**02.10 – CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA ENTRE C. F. FÃO; S. C. DE BRAGA – FUTEBOL SAD E O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PARA CONHECIMENTO.**-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, ressaltando que: *“Embora sendo um assunto apenas para conhecimento, que nem teria que vir à Assembleia Municipal, mas quisemos trazê-lo apenas por uma questão de transparência em todo este processo.*

*Embora seja para conhecimento, não quero deixar de esclarecer qual é o papel da Câmara Municipal em todo este processo e porquê a tomada de posição que tomamos. É importante olhar para todo este processo do ponto de vista da situação atual do Fão. O Fão tem neste momento uma dívida na ordem de 1 milhão e meio de euros, tem um PER, um Plano Especial de Revitalização, que não está a conseguir cumprir. Os seus dirigentes vivem uma situação aflitiva, aliás enviaram-me um e-mail há uns 15 dias a dizer que, se não fosse resolvido o problema teriam que entregar a chave e o Fão deixaria de existir. É o clube mais antigo do Concelho de Esposende. É uma situação dramática e eu não contribui para esta situação do Fão, nem de uma forma nem de outra. A mim foi-me apresentado um problema dos mais complexos que existem neste momento no nosso concelho para serem resolvidos. Dizendo desde já que não está, nem nunca esteve em cima da mesa a hipótese de aquisição daquele espaço, é preciso recordar que a Câmara investiu lá cerca de um milhão e trezentos mil euros, ao longo dos vários anos, esse era dinheiro dos munícipes de Esposende, que ali foi colocado com um objetivo muito concreto, proporcionar a prática desportiva essencialmente aos jovens, entre outras coisas.*

*A verdade é que houve uma degradação da situação económico-financeira, sendo que, grande parte desta dívida advém ainda de uma dívida ao empreiteiro que construiu parte do complexo que lá está. Este é um cenário dramático para o clube e para a direção do clube, a Câmara não escolheu ninguém para este negócio, que fique bem claro. Quem tentou ao longo do tempo encontrar um parceiro para investir naquele espaço foi a Direção do Fão.*

*Contactaram-me a dizer que tinham o Sport Clube de Braga interessado no complexo, tinha que ser resolvido já, estavam numa situação aflitiva e eu disse-lhes que este tipo de assunto não era para ser resolvido à pressa, mas com calma e acima de tudo havia uma coisa inalienável, que eram os interesses da Câmara Municipal e o investimento que a Câmara*

*Municipal tinha colocado neste complexo. Porque eu sei o histórico, ou parte do histórico deste processo e quanto a isso, de alguma forma tem que ser transparente para toda a gente. Entretanto recebi as pessoas e pusemos os nossos juristas a tratar de um documento que teria que servir de base para tudo isto, a forma do documento, quais os interesses legítimos que a Câmara tinha para salvaguardar. Obviamente que aquele espaço não poderia passar para outras mãos apenas pelo valor da dívida, o espaço teria que ser transacionado pelo valor atual do imóvel, e foi por isso que pedimos uma avaliação daquele imóvel a um perito da lista oficial do Ministério da Justiça, e o que está em cima da mesa neste momento é, o Sporting Clube de Braga, SAD suportar o valor da dívida e, o confronto com aquilo que é o valor do imóvel. O valor do imóvel de acordo com a avaliação que está feita é de um milhão setecentos e noventa e um mil euros, não quer dizer que esse tenha sido o dinheiro que lá foi gasto, que fique bem claro, o problema é que as coisas não valem aquilo que gastamos lá e não é só isso, é um imóvel que carece de licenciamento em determinados aspetos daquele complexo.*

*Depois, não é um imóvel com valor de mercado é preciso dizer que há um direito de reversão da Câmara sobre aqueles terrenos, que se mantém neste negócio, que não permite a edificação. Se for desviado o uso daquele complexo, automaticamente há o direito de reversão para a Câmara, portanto, quem está a pensar que vão comprar aquilo e vão fazer lá uns hotéis, etc, isso é tudo mentira. Podem fazer, mas vão ter que comprar terrenos para isso, nós não temos nada a ver com isso.*

*Em boa verdade, se o Braga se substituísse apenas ao Fão, a Câmara nem teria nada a ver com isso, porque continuaria a cumprir as prerrogativas iniciais. Se o Braga chegasse lá e paga-se as dívidas apenas, a Câmara em boa verdade era como se tivesse o Fão a funcionar na mesma, continuavam a ser cumpridos os objetivos iniciais de tudo aquilo que foi feito.*

*O que é que a Câmara pensou fazer, o Sport Clube de Braga vai comprar, mas compromete-se durante 15 anos a manter o Clube do Fão em termos desportivos, a fazer uma parceria desportiva com o Clube de Fão e fica responsável por toda a prática desportiva durante esses mesmos 15 anos do futebol de onze, é o que está em cima da mesa.*

*Se, ao fim de 15 anos quiser romper o acordo, porque não é essa a intenção deles, eles pretendem manter essa dinâmica, porque precisam de um clube satélite, mas se quiserem por ventura romper, terão que indemnizar a Câmara em quinhentos e cinquenta mil euros, no mesmo documento a Câmara compromete-se a disponibilizar essa mesma verba à Direção do Fão, se não houver uma extinção do Clube, se ele continuar mas o Braga não quiser que eles fiquem lá, para disponibilizar esse mesmo dinheiro, esses quinhentos e cinquenta mil euros atualizados à taxa de inflação, para criarem uma infraestrutura desportiva para o Fão.*

*Se formos sérios na análise deste assunto, se pensarmos em todas as trapalhadas que foram feitas ali durante este tempo todo, em toda a responsabilidade que esteve inerente a todo este negócio em relação aos licenciamentos e a tudo isso, eu acho que a Câmara proporcionou e permitiu aqui um excelente negócio entre o Fão e o Sport Clube de Braga, SAD.*

*Por outra razão ainda, vamos ter aqui o quarto maior clube nacional, ligado ao nosso concelho, ainda há dias houve ali um jogo, o primeiro jogo dos sub 23 foi com o Benfica, com transmissão na TVI, com tudo o que isso implica de valorização do nosso território, do concelho de Esposende, com um futebol de alta qualidade, para quem gosta de futebol a sério, de desporto a sério, e mais do que isso, temos a vontade por parte do Sport Clube de Braga, SAD de desenvolver em Esposende um complexo, com um Centro de Estágio, com a construção do dito Hotel Dormitório, ou Hotel de apoio, vocacionado para essa infraestrutura desportiva. Ao mesmo tempo, que me vão dizendo, que em Viana é que está bem, tem lá*

*qualquer coisa ligada ao surf, mas lá é que está bem, se for aqui um hotel já é qualquer coisa que não é transparente e eu já devo ser um vigarista qualquer, mas as coisas não são assim, porque é que nós criamos aqui este programa de apoio ao investimento e captação de investimento para o concelho? Não foi para trazer para cá investidores? Então agora quando temos os investidores que ainda por cima vêm pôr o dinheiro deles para pagar as dívidas dos nossos clubes vamos escorraçá-los? É essa a posição que devemos tomar?*

*Pois eu, quem não deve não teme, se o Clube Futebol de Fão decidir hoje, ou amanhã, ou até que o documento seja assinado não fazer este negócio, é na hora, nunca mais há negócio, que isto fique bem claro, não há aqui nenhuma imposição, não fui eu que escolhi o investidor, a mim pediram-me para tratar do assunto com o investidor, para proporcionar um entendimento e foi isso que nós conseguimos, era o que faltava agora dizerem que a responsabilidade é minha ou do executivo, ou que nós é que andamos aqui com negociatas, não é nada disso. O meu interesse é a prática desportiva, salvar o Clube Futebol de Fão, trazer investimento para Esposende.*

*Podem ir pedir contas a muita gente, a mim não pedem contas, porque não meti lá um cêntimo que fosse mal aplicado, enquanto eu sou Presidente da Câmara.*

*Mais do que isso, havia um apoio de quinhentos mil euros que foi aprovado em 2011, foram dados duzentos mil euros ao Fão, cem mil euros em 2011 e cem mil euros em 2012, foi interrompido esse ciclo e quando eu assumi a Câmara não dei mais um cêntimo ao Clube Futebol de Fão. Não é que eles não precisassem, mas não estava correta a abordagem que estava a ser feita, não ia resolver nada, a dívida era muito superior aos trezentos mil euros que faltavam e portanto, teria "enterrado" lá trezentos mil euros e a situação do Fão continuaria insuportável e nós somos credores através do PER e o Braga vai ter que nos pagar, está implícito nesse acordo, os duzentos mil euros, ou cento e noventa e seis mil e tal euros, que foi o crédito que nos foi reconhecido, à Câmara. Ou seja, em boa verdade, neste negócio a Câmara recupera duzentos mil euros que lá colocou e ainda vai buscar quinhentos e cinquenta mil euros e poderá pegar nesse dinheiro, quem cá estiver, daqui a quinze anos não serei eu com toda a certeza, para ajudar o Fão futuramente. Perante um cenário destes de dívida incontável, de falência técnica, de acabar com o desporto em Fão, nessa componente, ou então exigir ao Município um esforço suplementar de muito dinheiro para pagar aqueles credores, eu peço-vos que se coloquem na minha posição e que digam aquilo que fariam. Isto é a favor do Clube Futebol de Fão, a favor da freguesia de Fão e na defesa dos interesses do município de Esposende, tudo o resto para mim é retórica política e pessoas que querem andar a dizer mal.*

*Dar aqui uma nota que este é também um dos processos que está em investigação na judicatura e eu estou ansioso sinceramente, para prestar esclarecimentos em relação a este processo também, portanto por aí já nem precisam de se ocupar, a própria polícia judiciária já está a investigar este processo também, e eu espero que se chegue a conclusões relativamente às decisões tomadas no passado, relativamente a este processo para que fique tudo claro, porque eu acho que o Fão não merece este clima de suspeição que se criou em relação a um investimento que era necessário para o próprio clube.*

*E portanto vou voltar a repetir, se amanhã, hoje, não quiserem assinar este documento, basta telefonarem, nem precisam de vir à Câmara. Obrigado!"*-----

Pediu para intervir o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, referindo:

*“Muito boa noite a todos,  
Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todo o auditório,  
Senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa cumprimento os vereadores,  
Estimado público,*

*Senhor Presidente da Câmara, eu entendo que há alturas em que, nós os eleitos nos devemos destacar por trabalhar fora da caixa. Ou seja, não ver este assunto do Clube Futebol de Fão como um fardo, e temos que nos desfazer dele rapidamente, mas, fazer um pensamento ao contrário. Ver este assunto do Clube Futebol de Fão como um investimento. Assim como, e muito bem, o Senhor Presidente da Câmara já referiu, que vai tendo investimentos na educação, que é o caso do centro de estudos marítimos que vai aparecer juntamente com a Universidade do Minho na Estação Radionaval em Apúlia, é também um pouco aquilo que vai acontecer no Forte S. João Batista, o Centro de Negócios que também já falou, veja esta possibilidade que agora a Câmara tem, de fazer um investimento no desporto e sobretudo no futebol, no concelho.*

*As instalações que neste momento todos conhecemos do Clube Futebol de Fão, do estádio, eu não tenho dúvidas senhor Presidente que são as melhores do concelho e seguramente porque eu andei por aí a bater umas bolas e circulo a nível veterano, para além de sermos elogiados quando recebemos cá as equipas, vemos o que os outros têm, e lhe garanto Senhor Presidente, concelhos da dimensão de Esposende, não têm as instalações que neste momento o concelho de Esposende tem ali em Fão. E, disso é prova o facto de, a Federação Portuguesa de futebol, organiza de quando em vez, torneios internacionais de apuramento com as seleções mais jovens, alguns clubes fazem pré-época e fazem questão de fazer pré-época nas instalações de que estamos a falar, clubes da primeira divisão.*

*Clubes estrangeiros, sobretudo Ingleses e o Senhor Presidente sabe disso, fazem questão também de cá passar a pré-época.*

*Há cerca de ano e meio aproximadamente, não devo estar muito errado na data, tivemos aí durante dois meses ou mais, uma equipa jovem da China, ocupou o Axis e esteve nas instalações do Clube Futebol de Fão. Portanto, estamos a falar de instalações que estão atrativas, e que são tão atrativas que o Braga está interessado nelas, isto é que é pensar fora da caixa. Ou seja, o Braga, não foi pelos bons olhos do senhor Presidente Paulo Campos, ou dos fangueiros que se lembrou, vamos ali salvar o Fão, porque coitadinhos vão afundar.*

*Não! O Braga viu foi ali, por metade do valor de um central, a possibilidade de ficar com umas instalações como não há.*

*Portanto, e o que eu lhe peço Senhor Presidente, e aqui nada me move contra o Sporting Braga, ou Braga SAD, agora o que eu lhe peço, e quem lhe está a pedir é o Presidente da União de Freguesias de Apúlia e Fão e um fangueiro, é que reflita um pouco nesta questão, porque senão, vamos perder as melhores instalações do concelho, para uma entidade exterior ao concelho. Tenho muitas dúvidas no que está lá escrito acerca do hotel dormitório, porque não podemos esquecer o que é que é isso de hotel dormitório. Não podemos esquecer que temos várias instalações hoteleiras no concelho, algumas das quais dependem destes estágios que acontecem neste momento com alguma regularidade no campo de futebol, e o que eu lhe propunha aqui Senhor Presidente, era na realidade este pensamento invertido, mas que seria o melhor para o concelho e que seria o melhor para a população de Fão. Ou seja, que aplicasse 0,33% do seu orçamento anual, cem mil euros, tratava do PER como tem que se tratar, se o PER neste momento vale um milhão e quatrocentos, negociado valeria menos, não tenha*

*dúvidas nenhuma que é isso que o Sporting Braga vai fazer, e o que eu lhe estou a pedir em nome dos fangueiros é que, a Câmara Municipal invista cem mil euros ao ano, arrume já com essas dívidas suplementares que aí estão de cem mil euros e agora, durante quinze anos faça aquilo que o Sporting Braga vai fazer, eu não duvido Senhor Presidente, se o Senhor não o fizer, o Sporting Braga daqui a quinze anos pega em quinhentos e cinquenta mil euros atualizados à taxa de inflação, seja ele o que for, chega aí, entrega-os à Câmara Municipal, a Câmara Municipal vai ter que arranjar (perdoe-me a expressão Senhor Presidente) uma maceira, para depois pôr os miúdos de Fão a treinar, porque o resto, já não vamos poder lá entrar. E não está salvaguardada aqui outra questão Senhor Presidente, não podemos esquecer esta associação, ou este clube, como apenas um clube onde se joga à bola, este clube tem sócios, o que é que vai acontecer aos sócios, com este poder do Sporting Braga na altura em que for assinado o contrato? Isso não está salvaguardado no contrato. Eu, neste momento peço que o Senhor Presidente reflita e faça aquilo que seria uma boa atitude para o concelho, garanta as melhores instalações desportivas de futebol que o concelho tem, fique com elas e pague cem mil euros ao ano e de certeza que a população de Fão vai ficar agradada e vai agradecer.*

*Muito obrigado!"*-----

Pediu ainda para intervir o Senhor Deputado Municipal Tito Evangelista referindo que:

*“Senhor Presidente da Câmara,*

*Senhores Vereadores,*

*Eu estive a ler o contrato que nos foi enviado, embora nós não tenhamos que deliberar sobre o mesmo, e tive a ler com a maior boa vontade e abertura de espírito para tentar percebê-lo e sinceramente não consegui. Li as declarações de voto do vereador João Cepa, que diga-se de passagem está muito bem escrita, embora ele não assuma as suas responsabilidades na situação que se criou com este processo do campo do Fão. Embora ele diga lá que o que tiver que pagar, terá que pagar, mas era bonito que tivesse assumido. E li a sua declaração de voto, para tentar perceber as motivações e sinceramente não percebi Senhor Presidente, ela é contraditória. Porque o Senhor Presidente diz assim: “se nós não fizermos isto, o Fão desaparece” se o Fão desaparecesse o empreendimento era revertido para a Câmara. Então, do ponto de vista meramente objetivo, era só deixar que o Fão desaparecesse e o empreendimento era revertido para a Câmara. Eu sei que é sempre desagradável que o clube mais antigo do concelho existente, desaparecesse, mas do ponto de vista prático seria o ideal em termos de reversão do equipamento para a Câmara e também não seria um drama, o Sport Clube de Esposende que era o antigo clube de Esposende, também desapareceu e deu origem à ADE e a ADE é a mesma coisa, a cor é igual e tudo, foi uma forma jurídica que conseguiram para ultrapassar a questão das dívidas. Portanto isso é contraditório, não tem sentido o Senhor Presidente da Câmara dizer nós vamos fazer para que o Fão não desapareça, porque se o Fão desaparecesse o complexo vinha para a Câmara, isso é contraditório. Nem está aqui em causa se o Braga é o quarto clube nacional, até tenho dúvidas que o seja, mas não é essa questão que está em causa, até podia ser o Benfica que é o Campeão Nacional, ou que tem mais títulos, ou mais adeptos, não é isso que está em causa, é uma questão de interesse do município. A Câmara meteu lá mais de um milhão e meio de euros no total, mais de um milhão e meio de euros, não é brincadeira, mas nós metemos dinheiro não foi para o Sport Clube de Braga, foi para Fão, foi para os fangueiros. Se a Câmara meteu mais de um milhão e meio de euros em Fão, para Fão, não tem sentido que agora não seja para Fão, seja para Braga,*

*Lisboa ou Porto. Portanto o seu contrato é incompreensível, é altamente lesivo dos interesses do concelho, é altamente lesivo dos interesses da Câmara e é altamente lesivo dos interesses de Fão. Do ponto de vista objetivo, não há qualquer justificação para aquele contrato, portanto, eu peço-lhe encarecidamente, passando as questões políticas, ouça o que disse o Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, que ainda por cima é um fangueiro, que é uma pessoa ligada ao futebol, que é uma pessoa que jogou e joga nos veteranos em Fão, que é uma pessoa que está ligada às pessoas de Fão, ouça o que as pessoas de Fão têm a dizer sobre o assunto, ouça as pessoas de Fão. Não assine este contrato antes de ouvir as pessoas de Fão. É uma questão que tem a ver com todo o concelho em termos de dinheiros municipais, mas tem a ver com as questões de Fão.*

*Isto é um contrato altamente lesivo para o concelho de Esposende, é altamente lesivo dos interesses do município, acho que não tem justificação nenhuma, pelo menos objetiva, que se retire da assinatura desse contrato, pelo menos eu não a consigo ver.”*-----

De seguida pediu para intervir a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino referindo que:

*“A declaração de voto do vereador do JPNT é do conhecimento de todos e nós obviamente subscrevemos, com esta nuance da abstenção pelos motivos que já referimos. O que nós queremos é de facto fazer o mesmo pedido que já aqui foi feito pelo Dr. Tito, que é, oiça o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, oiça o que ele diz. Muito obrigada.”*-----

Por último pediu para intervir a Senhora Deputada Municipal Tânia Mota referindo que:

*“Pela análise que fiz ao contrato, aquilo que me parece é que, a pressa é inimiga da perfeição e este processo está a correr com muita pressa e muito provavelmente vai trazer um prejuízo enorme para o concelho, porque, ninguém me convence que passados estes quinze anos, de facto, aquele espaço não vá ser afetado a outra coisa qualquer.*

*O município aquilo que vai fazer agora é, à pressa resolver o problema e, não a longo prazo, a curto prazo, vai ter um problema muito maior para resolver. Parece-me que este é um assunto que carece de muito amadurecimento, e quer-me parecer que realmente esse contrato não devia ser assinado, pelo menos nessas condições.*

*É verdade que havendo dívidas os credores têm determinados direitos, mas também não acredito que os credores, se tivessem garantias do Município de Esposende, se importassem com o que quer que fosse, e nessa perspetiva, se o Município desse essas garantias, quer-me parecer que se protegeria muito melhor aquilo que seria o interesse do município.”*-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que:

*“Bem, de repente até parece que é a Câmara que está a vender o estádio do Fão, mas não é. O legítimo proprietário das instalações do Fão é o Clube Futebol de Fão e, eu recordo que houve uma Assembleia do Clube Futebol de Fão, em que este negócio foi validado por unanimidade. Portanto, se alguém está aqui a tentar dar a entender que nós estamos a fazer qualquer coisa contra o clube, ou contra a freguesia não, aquelas instalações são do Clube Futebol de Fão, houve uma Assembleia Geral do Clube e foi votado por unanimidade. A questão é que, não é uma questão de pressa, eu fui tratando do assunto desde que a Direção me trouxe a questão de que o Braga estaria interessado, o assunto foi mais do que visto, revisitado e atendidas as situações mais graves que pudessem estar aqui envolvidas em termos*

*jurídicos, quer por um advogado que representava o Clube Futebol de Fão, quer por um advogado que representava o Sport Clube de Braga, SAD, quer pelo jurista da Câmara Municipal, o Dr. Rui Moutinho e a equipa de juristas que temos.*

*Não foi o Presidente que fez este documento, ou tão pouco deu orientações para o documento. Ademais há aqui uma situação, o complexo não vai sair de Fão, de repente até parece que vão pegar no campo às costas e vão levá-lo para Braga, muito pelo contrário, é uma descentralização do próprio clube que pretende vir para Esposende. Eu volto a frisar o que disse no início, não precisam de me pedir a mim para não assinar o documento, basta que peçam ao Clube Futebol de Fão, é tão simples quanto isso, o documento é tripartido, eu não quero inviabilizar o negócio, é só isso. Eu salvaguardei a posição da Câmara, entendo eu, em relação aos investimentos que foram feitos, de resto, não sou eu que vou assinar o documento, ou melhor, eu assino quando o Sport Clube de Braga e o Clube Futebol de Fão assinarem, que fique bem claro, se vocês têm que pedir a alguém é junto do Clube Futebol de Fão, pedir para que não vão por esse caminho, de resto, com a frontalidade que me é reconhecida meus caros amigos, eu tenho que gerir um município com quinze freguesias, Fão é uma freguesia, tenho mais catorze freguesias. Pedidos para investimento na área do desporto não faltam. Nós entendemos que foi feito um esforço muito grande na área do desporto e que foi gasto mais dinheiro do que aquele que era devido. Nós temos infraestruturas hoje que nos absorvem recursos e o município não tem, não pode apostar tudo nessa área e andar a gastar dinheiro nisso e depois não ter dinheiro para melhorar se calhar as condições da área social e da área da educação, tudo tem que ter um equilíbrio, com isto não quer dizer que eu não apoie o desporto, temo-lo feito, aliás acabamos de demonstrar isso em relação ao Grupo Desportivo de Apúlia, com peso e medida. A situação não impede a prática desportiva na freguesia de Fão, senhor Presidente da Junta, vai valorizar imenso a sua freguesia em termos de visibilidade externa, é o Sport Clube de Braga, podia ser o Benfica, podia ser o Porto, não interessa e não vão ficar impedidas as crianças de Fão de praticar desporto, que era o objetivo inicial e mais do que isso, fica garantida uma verba para caso ocorra essa decisão, haja a possibilidade de construir, ou de apoiar o clube se ele existir, para a construção de novas instalações.*

*De resto Dr. Tito, é importante que as palavras fiquem, o senhor defende a extinção do Fão, disse-o aqui que não via problema nenhum que o Fão acabasse e que fosse substituído por uma ADE como foi o Esposende e depois há uma questão de princípio, sabe qual é, eu nunca fiquei a dever nada a ninguém e não gosto de estratégias para ficar a dever a quem colocou lá o dinheiro, não gosto. Vir aqui dizer-me que era melhor solução deixar acabar, ficar a dever a toda a gente, isso para mim é uma questão de princípio moral. Eu estou aqui na Câmara, quem cometeu os erros deve assumir as suas responsabilidades. Mas nós, defendendo os interesses da Câmara e eu nunca estarei a favor de uma situação estratégica para dizer, vamos deixar isto andar, vai tudo à falência, quem meteu lá o dinheiro de boa-fé fica sem o dinheiro, entretanto recai tudo para a Câmara. Isso pode ser uma estratégia defendida por um profissional da sua área que eu respeito, porque é assim que as coisas se fazem. Na Câmara Municipal, perante os interesses da Câmara Municipal, eu não concordo com esse tipo de estratégias. Defender os interesses da Câmara Municipal não passa claramente por estratégias desse género, nós temos que assumir as nossas responsabilidades, a Câmara Municipal em função do dinheiro que lá colocou, neste momento consegue recuperar os duzentos mil euros que lá colocou em tempo e ficar com um crédito futuro para construir instalações para o Fão. Na situação aflitiva que estão, virem aqui me dizer que está a ser*

*tratado o assunto à pressa, para deixar andar. Aconselho-os a irem falar com a Direção do Fão e saber se eles querem deixar andar, eu já disse que por mim estou tranquilo, se quiserem acabar com o negócio, se conseguirem convencer a direção do Fão a deixar andar, neste momento, as pessoas que estão lá ligadas à Direção, e que puseram a sua vida em risco, os seus bens, os seus imóveis, puseram-nos em risco por gostarem do Clube Futebol de Fão e nós vamos deixar agora, que se conseguiram resolver algumas dessas situações, pessoas que têm lá o seu dinheiro colocado deixá-las passar mal por uma questão estratégica, é isso? Não! A Câmara Municipal é gerida com uma grande responsabilidade financeira, mas com uma grande responsabilidade moral também em cima da mesa e desse ponto de vista, se não assinarem não assinem, mas então convençam a Direção do Fão a não assinar.”-----*

Pedi novamente para intervir o Senhor Deputado Municipal Tito Evangelista referindo que:  
*“Senhor Presidente da Câmara o que eu disse está gravado, eu referi-me exclusivamente à sua declaração de voto na Câmara Municipal e o que eu disse é que o Senhor fez uma declaração de voto contraditória, porque dizia que se o Fão se extinguisse, a Câmara recebia o equipamento porque havia reversão, é isso que está lá escrito, não fui eu que inventei o Senhor Presidente é que escreveu.*

*E o que eu disse foi então, por essa ordem de ideias, o Senhor disse vamos salvar o Fão com esta ação e depois diz se o Fão se extinguisse então havia reversão, por essa ordem de ideias então era melhor deixar o Fão desaparecer, foi o que eu disse.*

*E agora não se ponha a pôr em mim as culpas, o que é aqui importante é que a Câmara investiu lá mais de 1,5 milhões de euros, para determinado fim, que não fica garantido com este contrato.*

*E a solução apresentada nomeadamente pelo senhor Presidente da Junta de Apúlia e Fão é muito melhor para o município e é muito melhor para Fão e até será muito melhor para o Clube de Fão. O Senhor Presidente da Câmara não esteja agora a arranjar um bode expiatório para resolver a questão e eu mais uma vez lhe digo, não assine o contrato, porque o contrato é lesivo para os interesses do concelho de Esposende.”-----*

O Senhor Presidente da Câmara referiu que não tinha mais nada a dizer, já tinha dito o que havia a dizer em relação ao assunto.-----

De seguida, pediu para intervir a Senhora Deputada Municipal Anabela Solinho referindo que:  
*“Sendo leiga, propunha sendo a questão bastante importante para o município, propunha um referendo à população do concelho para saber se realmente não seria muito mais proveitoso para o concelho resolvermos a questão com um polidesportivo concelhio bastante solidificado e com outra forma de ver as coisas, pode ser pateta mas não é de todo inviável. E se estamos tão preocupados com a questão há que pensarmos nessas propostas.”-----*

O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos seguintes termos:

*“Senhora deputada, sem querer passar por adivinho, não faço esse referendo, porque se fizer um referendo pode ter a certeza que todas as pessoas do concelho de Esposende não estão disponíveis para investir mais dinheiro no futebol em Fão.”-----*

Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi referido que a Lei 75/2013 fala de Referendos Locais, a Assembleia de Freguesia pode fazer um referendo local, ou pode aprovar um



referendo local, logicamente seguindo as normas previstas na lei e a Assembleia Municipal também pode aprovar um referendo local seguindo as normas e os trâmites para os referendos, o que é certo, é que esse assunto não está aqui, teríamos que agendar esse ponto para ser analisado e deliberado, não podemos decidir sobre isso, só estou a falar da questão formal que está prevista na Lei 75/2013, que é a Lei que regula as competências das Autarquias Locais.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu ainda:

*“O que eu estava a dizer em relação a essa matéria, é que o sentimento que perpassa porque eu lido com todas as freguesias e sei dos pedidos que existem dos vários clubes, que seja feita enfim uma consulta, cada um que faça aquilo que entender em termos políticos e divulgar, mas muito honestamente acho que seria um pouco absurdo fazer uma consulta de âmbito municipal com tudo o que isso implica, para nos pronunciarmos em relação a um investimento na freguesia de Fão, eu acho que é completamente descabido e tenho a certeza absoluta de que, as outras freguesias naturalmente defendem, cada um defende a sua freguesia, como a senhora deputada defende a sua, de forma perfeitamente natural, e portanto uma abordagem dessa natureza não teria resultados favoráveis. Com toda a honestidade e não estou a dizer isto no sentido pejorativo, não teria um resultado favorável. O que não implica que a própria freguesia de Fão e as pessoas de Fão tenham a sua própria opinião em relação a essa matéria, claro que sim, mas acredite que o resultado não seria o pretendido, e a Câmara não tem recursos ilimitados, nós temos que ser muito criteriosos naquilo que são os nossos investimentos.”*-----

Pedi para intervir novamente a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino referindo:

*“Por tudo aquilo que foi dito, de facto, entendemos que se justificava uma sessão extraordinária para tratar desta questão.”*-----

O Presidente da Assembleia voltou a esclarecer nos seguintes termos:

*“Este assunto nem precisava de ir à Assembleia, foi dado conhecimento, foi enviado antecipadamente e a mesa da Assembleia podia não ter enviado nenhum documento antecipadamente, trazia à Assembleia e no início da sessão colocava à deliberação de toda a Assembleia se reconhecia a urgência na apreciação dessas matéria, e se reconhecesse, como efetivamente reconheceu, esses assuntos seriam discutidos, sem previamente ter sido enviados. Portanto essa ideia de que não houve tempo para analisar, perdoe-me senhora deputada, a lei quando refere no n.º 2 do artigo 50.º da Lei 75/2013 diz que, “nas sessões ordinárias, por deliberação de dois terços dos membros da Assembleia, podem ser deliberados e votados assuntos não constantes da ordem do dia”.*

*Portanto, poderia eu aqui, ter trazido na hora e colocado à votação, ia ser reconhecida a urgência, seria votado e aí sim, podia-me dizer que não houve tempo, mas podia ser feito dessa forma, no entanto, entendeu a mesa enviar a documentação atempadamente para dar tempo aos grupos políticos para analisar. Não estamos a falar de nenhum Orçamento, nem de nenhum Plano ou Relatório e Contas, estamos a falar de documentos que têm a sua importância, até porque são públicos, e portanto essa ideia de que só se abstiveram, ou só estão contra porque estes assuntos não têm urgência, eu repito novamente o que disse, a urgência que a Lei 75/2013 pretende, é uma urgência para os municípios e para os assuntos de interesse do município, e não uma urgência em termos jurídicos ou judiciais.”*-----

Pediu novamente para intervir o Senhor Deputado Municipal Tito Evangelista referindo:

*“Quem reconheceu a importância deste assunto foi o Senhor Presidente da Câmara, ao trazê-lo à Assembleia Municipal.”*-----

Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi referido que a mesa é que reconheceu a urgência do assunto, sob proposta da Câmara Municipal, mas a mesa da Assembleia entendeu trazê-lo para conhecimento dos senhores deputados. Mais referiu que a mesa também tinha competências específicas, não estão lá apenas para assinar os documentos, estão lá também para cumprir com as suas funções e pensava que era reconhecido pelas intervenções que houve, que foi importante levar aquele assunto para que, pelo menos o órgão fiscalizador, ou o órgão deliberativo do município tivesse conhecimento em concreto, com a discussão desse assunto. De seguida passou a palavra novamente ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu ainda, nos seguintes termos:

*“Eu acho que agora já estamos a tratar de questões formais e não do assunto em si mesmo, agora já estamos preocupados com a urgência, se havia ou não havia urgência.*

*É a primeira vez que sou acusado por excesso de transparência, quer dizer eu agora lembro-me de trazer um assunto à Assembleia para os senhores conhecerem e sou acusado por tê-lo trazido. E já agora convém recordar outra coisa Senhor Presidente se me permite que o interpele, eu gostaria que me dissesse se é verdade ou não é verdade, que a Câmara Municipal pediu para que esta Assembleia pudesse ser efetuada apenas no início de outubro e que da bancada da JPNT houve nalguma reunião promovida por si a intenção de que a Assembleia não poderia ser em outubro por questões formais, se era ou não era possível ser em outubro, com a concordância de todos, e não foi precisamente porque a representante na Assembleia da JPNT fez questão que a Assembleia fosse em setembro, e portanto, queixar-se de falta de tempo, quando não se permitiu, não se teve a agilidade e a flexibilidade para permitir que a Assembleia fosse adiada mais oito dias, já teria tempo para estudar este assunto e muitos outros. Gostava que me dissesse se é verdade ou não é verdade aquilo que eu acabei de dizer.”*

Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi dado o seguinte esclarecimento:

*“É verdade que eu fiz contactos com todos os líderes políticos para adiar a sessão da Assembleia para o dia 12 por questões profissionais, também não podia esta semana infelizmente por outras razões, a vida vai mudando, mas há prazos que têm que ser cumpridos, o que é certo é que, contactei todos e todos anuíram, incluindo a deputada Sandra Bernardino, não estou a cometer nenhuma inconfidência, porque estou a fazer este exercício no âmbito de funções públicas, não é nenhuma conversa privada e estava a fazer esse trabalho de contacto com todos os líderes políticos, no âmbito do exercício de funções de Presidente da Assembleia. Portanto, não há aqui nenhuma inconfidência, o que é certo é que, na altura ao telefone concordou também. Depois, enviou-me um e-mail que eu entendi pela resposta que foi dada pela senhora deputada Sandra Bernardino, que não estava assegurada a concordância do adiamento desta sessão, e não estamos a falar de sessões da Assembleia Municipal ordinárias que tenham a ver com questões de aprovação de Orçamento ou de Relatório e Contas. Vimos pelos assuntos que costumam vir à Assembleia ordinária de setembro que são assuntos que não estão expressamente consagrados que tenham que vir a esta Assembleia e portanto são assuntos que são da competência do próprio órgão.*

*Entendi de acordo com a resposta que a senhora deputada enviou, que não estavam reunidos os consensos necessários e por isso a reunião foi marcada para hoje. É lógico que, se fosse para dia 12 de outubro haveria todo o tempo.*

*Continuo a dizer que ponderei seriamente se não poderia ter incluído estes assuntos na ordem do dia, como poderia ter feito e enviar os documentos no dia seguinte, claro que podiam dizer, não cumpre o que está na lei que são dois dias úteis, é fácil, no dia de hoje era colocado à votação se podia ou não incluir, reconhecer a urgência da inclusão destes assuntos na ordem do dia e estava sanado qualquer problema. Portanto o dizer que o assunto que seria discutido aqui se enviasse na quarta-feira, ou enviar como enviei na sexta-feira com os documentos, entendi que era mais útil para os senhores deputados enviar com os documentos. E o que foi feito aqui foi reconhecer a urgência, mas está dada a resposta ao Senhor Presidente da Câmara e eu vou dar conhecimento do e-mail que a senhora deputada me enviou, a todos os senhores deputados municipais.”-----*

Pedi para intervir novamente a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino referindo:  
*“Quando lhe telefonei eu perguntei-lhe se estaria a ser cumprida a Lei e o Regimento é ou não é verdade?”-----*

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu nos seguintes termos:  
*“É verdade e eu disse-lhe que havendo acordo de todos os grupos políticos podia ser adiada, o que me parece ser razoável, qual era o problema desta sessão da Assembleia ser realizada em setembro, ou dia 12 de outubro, em termos de matérias. Mas eu queria o acordo de todos os grupos políticos.”-----*

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.**\_\_\_\_\_

### **03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**\_\_\_\_\_

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr.<sup>a</sup> Elisabete Cristiana Ribeiro Neves que em síntese disse:  
*“Boa noite a todos, eu sou a Elisabete, moro no loteamento do Caldeirão há cerca de vinte anos e o que me traz cá é o problema das coberturas dos prédios que foram construídos na altura com telhas de amianto que é prejudicial para a saúde, sobretudo quando já estão deteriorados que é o caso. Mas quando foi rasgada a A28, os prédios mais próximos sofreram danos nas paredes. As telhas do telhado, com os temporais estão sempre a partir, todas as reparações têm sido do encargo dos proprietários. Sendo que, já ocorreram as mesmas obras no bairro de Esposende, gostava de saber se uns são filhos de Deus e outros de um Deus menor, quando já foi transmitido à Câmara Municipal várias vezes este problema dos proprietários, mais, foi-nos prometido na altura das eleições que as obras começavam em setembro, falta saber de que ano. Mais, tenho a dizer que a Câmara também é proprietária de cinco apartamentos de um dos blocos.*

*Aqui tenho um abaixo-assinado de sessenta pessoas que vou passar a ler: "Ao abaixo-assinados proprietários e moradores do loteamento multifamiliar do Caldeirão, sito no Largo da Abarrosa em Fão, alertam para a necessidade dos lotes em causa padecerem de problemas estruturais construídos os quais se elencam no documento em anexo que agora passada mais de dezena e meia de anos da sua construção necessitam urgentemente de ser retificados. Assim, solicitam à Câmara Municipal de Esposende que suporte o encargo da substituição de toda a cobertura de fibrocimento existente, assim como, da tela da mesma cobertura e dos caleiros que drenam as águas pluviais, e também cuide das infraestruturas de todo o loteamento com redes pluviais cuja inexistência provoca aluimentos nos passeios e consequentes infiltrações de água e humidade para as frações ao nível do rés-do-chão." Já agora, só um aparte acho que o público não devia ficar para o fim, porque há pessoas que pegam ao trabalho às seis horas da manhã. Obrigada."*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. Manuel António Sampaio Azevedo, que em síntese disse:

"Boa noite,

*Eu venho aqui falar do processo 131-2016 de Mar.*

*1 – Diz o nosso povo que "a mentira tem a perna curta".*

*2 – Que fique claro: não sou contra a construção que se pretende realizar, desde que em conformidade com a lei e o que o PDM de Esposende prevê para o local em questão.*

*3 – Em 2016 dá entrada na Câmara de Esposende um pedido de licenciamento (n.º 131-2016) para o terreno a norte da minha habitação de "alteração e ampliação de um edifício destinado a serviços".*

*4 - No referido terreno/local nunca existiu, ao longo do tempo, (nem existe) qualquer edifício construído ou em ruínas.*

*5 – Significa que este pedido assenta numa premissa falsa.*

*6 - Significa que este pedido não pode ser aceite pela Câmara.*

*7 – Porque não existe, de facto, qualquer edifício construído no local, o projeto não é acompanhado pela respetiva planta de localização do mesmo, o que é estranho, mas que a lei obriga.*

*8 – A informação da DGU/53223/2016, do Arq. Rui Mota, de 2016/12/29, refere no seu ponto 1 "que não existe" qualquer edifício construído no local.*

*9 – A mesma informação da DGU, no ponto 3 diz que "a proposta colide com o definido no PDM para o local" pois "é ultrapassado o cumprimento máximo da fachada que é de 20 metros", quando o projeto apresenta ou contempla uma "fachada de 30 (trinta) metros", segundo o n.º 3, do art.º 53, do RPDM para "novos edifícios localizados nos espaços urbanos de baixa densidade".*

*10 – Face ao exposto, o n.º 4 da informação supracitada diz "o pedido de licenciamento é passível de indeferimento" segundo a al. A), do n.º 1, do art.º 24, do DL 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL 136/2014, de 9 de Setembro.*

*11 – Face a esta resposta, o proprietário responde (e não o técnico) com a mesma argumentação do pedido de licenciamento inicial com uma ocupação de 333 metros quadrados.*

*12 – Perante esta resposta, os serviços superiores da Câmara da DGU/1341/2017, mantém o parecer de "indeferimento".*

13 - Perante isto, o despacho do Sr. Presidente da Câmara, Benjamim Pereira, n.º 1342/2017, refere "atendendo a que a proposta apresentada não colide com os índices de edificabilidade definida no PDM, nos termos da informação DGU/53223/2016 e ao parecer da equipa que elaborou a revisão do PDM 2015 relativamente à interpretação do n.º 3, do art.º 53, do RPDM, com o qual concordo, aprovo o projeto de arquitetura." Em 2017/01/13.

14 - A informação da DGU/53223/2016 diz textualmente que "a proposta colide com os índices de edificabilidade" pois não há qualquer edifício possível de alteração ou ampliação.

15 - No entanto, a interpretação do Sr. Presidente da Câmara é de que "a proposta não colide com os índices de edificabilidade".

16 - Afinal, quem lê mal e quem mente?

Ou seja, a informação da DGU/53223/2016 não pode afirmar, em simultâneo, uma coisa e o seu contrário.

Ora, segundo o que está escrito na referida informação é que o pedido pretendido "colide".

17 - Isto significa que alguém está a mentir de forma declarada e intencionalmente, o que é muito grave, e faz cair por terra todos os argumentos a favor deste deferimento.

18 - Após este deferimento, o proprietário apresenta à Câmara, de imediato, um novo pedido de licenciamento para "nova ampliação" passando para 464 metros quadrados, Refiro que nada está construído!

19 - Face a este novo pedido, a DGU/6672/2017, de 2 de fevereiro, informa no n.º 2, que "o pedido de licenciamento está a ser tratado como se de uma ampliação se tratasse quando, de facto, não existe qualquer edificação.

20 - Ou seja, não se trata de uma ampliação nem tão pouco de uma alteração porque o objeto a alterar/ampliar não existe. O mesmo é dizer que no local não existe qualquer edificação ao contrário daquilo que afirma o requerente no processo.

Em concreto, o requerente mente de forma declarada e alguém, que não os técnicos superiores da Câmara, faz crer que tal é verdade.

21 - A informação da DGU/10201/2017, de 17 de fevereiro de 2017 diz nos seus pontos:

1. "O projeto de arquitetura foi aprovado por despacho de Benjamim Pereira em 13 de janeiro de 2017.

3. Foram apresentados os projetos de arquitetura anteriores.

5. Face ao exposto, uma vez que apresentados os projetos das especialidades nos termos referidos no ponto 3, entendem-se reunidas as condições para poder ser elaborada a proposta global relativa ao pedido de licenciamento para suporte da decisão final "que tem o parecer negativo".

22 - Por sua vez, o Arq. J. Fernandes, em 2017/02/20 refere textualmente "Atendendo a que o projeto de arquitetura foi aprovado com base num parecer técnico desfavorável, remete-se a decisão à consideração superior."

23 - Face ao exposto, em 2017/02/21, o Sr. Presidente Benjamim Pereira defere o licenciamento nos termos da informação da DGU/10201/2017.~

24 - Em conclusão:

1. O pedido de licenciamento solicitado em 2016, processo 131, baseia-se em factos falsos.

2. Os serviços superiores da Câmara confirmaram sempre tal realidade e alertaram quem de direito, o decisor, para tal situação.

3. Os técnicos superiores da Câmara confirmaram e declararam que o pretendido "colide" com a objetividade do PDM para o local.

4. *Que, por isso, o pedido deve ser indeferido.*
  5. *O Sr. Presidente da Câmara fez tábua rasa das informações que os técnicos superiores prestam.*
  6. *O Sr. Presidente da Câmara defere o pedido sabendo que o mesmo se baseia num rol de declarações falsas, pois não existe qualquer edifício para possível alteração ou ampliação como o requerente afirma.*
- 25 – *Assim, e face ao exposto, ou:*
1. *O Sr. Presidente compromete-se a rever a situação permitindo a ocupação segundo as condições previstas no PDM de Esposende para o local.*
  2. *Tais factos serão comunicados às entidades competentes para análise processual.*
  3. *O presente queixoso não será responsável pelas consequências políticas advindas da situação anterior.*
- 26 – *Reafirmo que não sou contra qualquer construção no local desde que permitida pelo PDM, com lisura e seriedade.*
- 27 – *Por último lamento que o termo de responsabilidade assinado pelo Eng.º Civil Pedro Gonçalves, em 20 de junho de 2018 se refira à obra na União de Freguesias de Mar, Marinhas e Gandra, divisão administrativa que não existe.*
- Tenho dito.”*-----

Seguidamente pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao terceiro inscrito, Sr. Manuel Carvoeiro, que em síntese disse:

*“Boa noite,*

*O deputado do PCP, Dr. Cepa Carneiro interpelou o Senhor Presidente da Câmara, questionando sobre a problemática da transferência de competências do poder central para os municípios, e o Senhor Presidente da Câmara na resposta que deu, no fundo, afirmou perante esta Assembleia que a Câmara rejeita esta transferência de competências pelo menos conforme consta da Lei-Quadro, deu a entender que no fundo a Câmara tem uma posição de não-aceitação desta transferência. Mas não é assim, e depois eu vou colocar uma questão sobre isto Senhor Presidente, porque nos termos da Lei-Quadro, no nº 4, quer o órgão executivo Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal, órgão deliberativo, tinham até 15 deste mês que, tomar posição sobre isto caso não concordassem. Ora, o silêncio da Câmara que de facto existiu, porque a Câmara sobre isto não se pronunciou e esta Assembleia também não deliberou, o silêncio significa aqui uma aceitação. Eu não sei se o Senhor Presidente da Câmara vai responder com a posição última do Senhor Ministro da Administração Interna, que diz que prorrogou o prazo. Pois, mas não pode prorrogar, como é que um membro do Governo pode prorrogar um prazo que está numa Lei-Quadro da Assembleia da República? Aliás, à cautela, a Assembleia Municipal do Porto, a Câmara Municipal do Porto, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, Santa Maria da Feira e muitos outros municípios deste País, à cautela e antes do dia 15, tomaram posição, e esta Câmara pelo silêncio, no fundo assumiu aqui uma aceitação de transferência de competências.*

*A questão é esta, porque é que esta Câmara Municipal, Senhor Presidente da Câmara, não se pronunciou, não teve tempo? Senhor Presidente da Assembleia, porque é que esta Assembleia enquanto órgão deliberativo também não deliberou sobre esta matéria, matéria da maior importância para o nosso concelho. Isto é, cegamente e através do silêncio aceitaram a transferência de competências, a não ser que a Assembleia da República venha alterar a Lei-Quadro.*

*Durante doze anos nesta Assembleia eu enfatizei e coloquei, trouxe aqui, o problema dos moinhos da Abelheira e nós sabemos que, João Cepa nos seus mandatos falou dos moinhos da Abelheira e abundantemente, elaborou projetos de intervenção, com isso ganhou votos nas Marinhas, Benjamim Pereira na senda de João Cepa falou dos moinhos da Abelheira e com isso ganhou votos nas Marinhas seguramente, e falando com o povo da Abelheira, falando com o povo das Marinhas, não se vê qualquer sinal sobre a intervenção que urge naquela zona e a questão é esta, qual é o ponto da situação ao fim de tantos anos, de tantas promessas sobre o Parque Molinológico de intervenção nos Moinhos da Abelheira, isto é, os processos de expropriação já avançaram? Sim ou não?*

*E para concluir Senhor Presidente, neste município, nesta terra privilégio da natureza que é, Senhor Presidente da Câmara, e aproveito o facto de estar cá também o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Esposende Ambiente, porquê e o PCP esta semana tomou uma posição pública sobre esta matéria através de um comunicado, e é uma questão sentida pelos munícipes, porquê tanta falta de cuidado, tanta falta de zelo na limpeza e higienização dos contentores de lixo doméstico?*

*E só para terminar Senhor Presidente, há sempre tempo para melhorar o funcionamento desta Assembleia e eu vi o desespero de senhoras que estão ali a assistir, e já vi em Assembleias anteriores em que o público esperou até às três da manhã, porque é que não é possível alterar, e é possível alterar o Regimento, pelo menos nessa norma, para que o público possa intervir no início dos trabalhos, quiçá também depois, porque o decorrer dos trabalhos pode suscitar questões e é importante que o público intervenha se tiver vontade, intervenha no fim, mas há gente que já vem com questionamento preparado, com questões que não dependem do decorrer dos trabalhos, porque é que não se altera o Regimento neste sentido, facilitando a vida às pessoas? É que a maioria das Assembleias Municipais neste país, assim acontece e todos nós, é tempo de resolver este problema. Obrigado.”-----*

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo respondido, nos seguintes termos:

*“Senhor Presidente, muito obrigado, em relação às questões levantadas pela senhora Elisabete Cristiana Ribeiro Neves, em primeiro lugar eu não sei se alguém prometeu fazer obras até setembro, mas não fui eu de certeza. Se fosse eu, eu assumia as minhas responsabilidades, mas não podia tê-lo feito por uma razão simples, porque isso era inviável, era impossível. Aquilo que nós fizemos foi uma abordagem às nossas áreas sociais, de habitação social e percebemos que havia um problema para ser resolvido relativamente às coberturas e identificámo-las todas, Palmeira, o Caldeirão, a situação de Esposende, etc.*

*A situação de Esposende foi a primeira que levantaram nesta Assembleia desde há muitos anos a esta parte, de tal modo que até chegou a ser feito a dada altura um teste para ver se havia excesso de partículas de amianto no ar, etc, para sossegar as pessoas aqui em Esposende e o resultado desse teste foi claramente negativo, no sentido de que, não havia qualquer risco para as pessoas. Contudo e porque houve insistência por parte das pessoas para resolver este assunto, avançamos com o estudo e com o projeto e eu disse que ia fazer uma abordagem a todas as áreas mas, começaríamos por Esposende que foi aquele que primeiro começou. De tal modo que pedimos para elaborar um projeto de intervenção global, não foi só para a cobertura, contratualizamos o projeto integral mas, pedimos para nos ser*

*entregue parcialmente, pelo menos a parte das coberturas, até porque era possível fazer aquela obra com menos de 150 mil euros, permitia um ajuste direto, que podia ser feito mais rápido do que, se fosse através de um concurso público e foi isso que foi feito e foi feita a intervenção aqui no bairro de Esposende.*

*Eu disse sempre que era para fazer em todos, contudo também disse logo desde o início que fá-lo-íamos conforme as disponibilidades financeiras da Câmara e mais, esperávamos que houvesse por parte da tutela, do Governo, um apoio porque isto implica muito dinheiro.*

*Mas eu também vi como estão os edifícios no Caldeirão não só a cobertura como as paredes, os pavimentos também em determinadas zonas, eu tenho conhecimento disso e é nossa intenção fazê-lo, mas vocês têm que compreender que tem que ser feito conforme o dinheiro que nós temos disponível, a não ser que apareça um apoio de fundos comunitários, etc, que nos permita ter uma intervenção mais forte. Mas há aqui um aspeto também importante, em Esposende foi criada uma comissão de moradores, porque implica a comparticipação financeira por parte dos proprietários, a parte das frações da Câmara a Câmara paga, em relação às outras frações tem que haver uma comparticipação dos proprietários em função da sua permissão, dividido por todos os proprietários. Ou há um condomínio, ou como no caso aqui de Esposende que não havia, criaram uma comissão de moradores e é assim que tem que ser feito. Eu não estou a faltar com a minha palavra porque eu nunca prometi que era em setembro, isso era impossível, no entanto estamos a trabalhar nisso, aliás até me chegou informação agora que o Eng.º João Leite está a trabalhar também no levantamento dos problemas que vocês têm lá no bairro, é esse o ponto de situação, o assunto vai ser resolvido, não lhe vou prometer sequer se vai ser daqui a seis meses, daqui a um ano, a dois ou três, não posso dizer isso, com total frontalidade, mas sendo urgente, nós podemos optar por uma solução similar à situação aqui de Esposende e ir lá resolver o problema da cobertura, com a comparticipação de todos, que fique bem claro que é esse o modelo que tem que ser assumido. Pode não ser nada de especial, em termos de apoio, porque a obra também não será assim tão dispendiosa quanto isso. O que fizemos em Esposende foi substituir a cobertura toda com isolamento térmico e de facto melhorou muito as condições das coberturas dos edifícios do bairro até porque tinha situações de infiltrações de água, etc e os caleiros nem foi preciso substituir. Muito bem, já deixaram um abaixo-assinado, já marcaram a vossa posição, nós vamos desenvolver os projetos que são necessários e logo que haja dinheiro para se fazer, podem ter a certeza que a gente vai fazer essa operação, nem que seja faseada, sendo que implica um envolvimento de todos os que lá estão e a colaboração de todos, é esse o ponto da situação.*

*Este assunto foi trazido aqui à Assembleia, mas este tipo de assuntos devia ser levado à Câmara, vocês têm uma vereadora com responsabilidades nessa área, a Dr.ª Marina é uma técnica municipal que com toda a certeza tomou conta do assunto e têm que tentar discutir o assunto seguindo as hierarquias, vai primeiro à senhora vereadora e depois ao Presidente, é assim que funciona e é decidido entre o executivo para se poder executar, ou não. Portanto o que eu digo é que é mais fácil seguir a tramitação normal, porque se toda a gente fizer assim, fica impraticável uma Assembleia Municipal e não se seguem os trâmites normais, portanto, se vocês tivessem visto a vossa pretensão recusada em termos de serem recebidos na Câmara, ou de não ser tratado o assunto, faz sentido que venham à Assembleia, se o assunto nem sequer passou por uma situação dessas, as pessoas estão a tomar conhecimento da situação agora. Eu estou a responder-vos porque estou muito por dentro deste assunto, agendem uma reunião*



com a senhora vereadora, ela está aqui a ouvir, vai ouvir-vos e explicar-vos a tramitação que poderão seguir e nós estamos cá para tomar decisões.

Relativamente à situação do senhor Manuel António Sampaio Azevedo, eu aproveitei para trazer aqui o processo comigo, da apresentação que foi feita deste licenciamento, dá a impressão que fizemos tudo contra a lei e o que aconteceu não foi nada disso. De qualquer maneira, como disse e muito bem, o Dr. Sampaio Azevedo, a todo o momento pode recorrer às instâncias que entender para olharem para o processo. Também ficou mais do que evidente que o senhor diz que não se importa que a habitação esteja lá, mas não me parece que seja assim. É claramente uma situação em que não quer que a construção seja feita, mas tudo bem é legítimo para si que assim pense, o que eu lhe vou dizer é o seguinte, podia ter lido também aquela parte da informação técnica que diz assim: "não se vê inconveniente em que seja deferido o licenciamento pretendido, anexa-se o cálculo das taxas devidas para a validação, 26/10/2016". Podia ter lido também esta parte, também havia aqui uma informação técnica favorável. A questão que levou a que fosse apresentada é uma questão técnica de organização do projeto. Meteram um projeto à Câmara, aprovaram um projeto na Câmara e depois antes de evoluir, apresentaram uma ampliação e apresentaram como uma ampliação sem que tivesse sido levantada a licença nem construído nada, isto é um erro técnico ao qual os serviços técnicos chamam a atenção quando dizem, estão a apresentar isto como uma ampliação mas não é ampliação nenhuma porque não está lá construção nenhuma, mas foi previamente aprovada. A dada altura, entra em vigor, repare há aqui uma observação que é feita que é pertinente e eu tenho aqui para ler e vou-lhe explicar, eu admito que possa não saber interpretar isto, não é da sua área, no despacho diz assim: "atendendo a que a proposta apresentada não colide com os índices de edificabilidade definidos no regulamento do PDM", índices de edificabilidade, não fala de regras e depois diz assim: "nos termos da informação DGU 53223/2016 e ao parecer da equipa que elaborou a revisão do PDM 2015 relativo à interpretação do nº 3 do artº 53º do regulamento do PDM". Sabe o que é que isto quer dizer? Os serviços cumprem uma regra do regulamento que se prende com os vinte metros, é claramente um lapso que foi cometido, uma regra completamente injusta que foi introduzida no regulamento do PDM e que estava a ter uma interpretação por parte dos serviços, eu pedi a quem elaborou o regulamento para fazer uma interpretação dessa regra para que fosse aplicada para todos de forma igual, para todos e aqui aplicou-se exatamente essa interpretação que foi feita, tão simples quanto isso, não foi uma exceção, eu não violei coisíssima nenhuma, eu pedi uma interpretação daquela regra concreta do PDM que tem a ver com os vinte metros e reparem bem, o que se passa é o seguinte, em zonas de baixa densidade o PDM diz que não pode haver nenhum edifício com mais de vinte metros de fachada. Quer dizer, qualquer moradia, se fosse uma moradia térrea que tivesse vinte e um metros de fachada já não poderia ter e isso não fazia qualquer sentido porque não foi essa a intenção, aliás bastava que houvesse duas casas geminadas ou três, já não podia ser e isso era completamente injusto para toda a gente. Pediu-se a interpretação, se estava apenas num plano, se estava em dois planos, mas essa interpretação jurídica foi feita por quem fez o regulamento, que assumiu que houve uma interpretação errada dessa regra e ela vai ser clarificada no âmbito da próxima revisão do PDM. Mesmo assim, nós aplicamos uma regra justa para todos, não foi só no caso deste projeto que nós resolvemos fazer essa interpretação dessa forma. Em todos os projetos nesta situação têm sido aprovados, para benefício obviamente dos requerentes que não tem qualquer problema, qual é o problema de ter vinte e

*um, vinte e dois ou vinte e três metros, isso não tem nada a ver, é só isso, não se incumpriu em termos de PDM, é zona de construção, cumpre os índices de construção, cumpre os afastamentos em relação aos outros proprietários, é uma atividade compatível com o que está no PDM para aquelas zonas, simplesmente a questão, e que a dada altura os serviços aqui dizem que não foi aprovado, ou não cumpriu refere-se apenas à interpretação dessa regra, eu lamento se a construção lhe causa incómodos.*

*Agora, cabe a quem se sente lesado com este tipo de comportamento fazer aquilo que disse aqui, portanto, nós temos seguido esta regra para todos, para defesa das pessoas e não contra ninguém, aquilo que está a dizer em relação a esta matéria, mesmo amanhã numa revisão, que vai ter que ocorrer para integração dos programas, do POC CE, etc, no próprio PDM, será a primeira a ser clarificada, portanto não vai impedir nada, agora, é legítimo, repare eu não estou a criticar isso, eu não teria legitimidade era para chumbar este projeto, por muito que lhe pudesse agradar a si, ia desagradar a outra pessoa e estava a ser injusto com ela. Nós fizemos uma regra para todos e eu tenho que a cumprir, tão simples quanto isso e fui eu como seria qualquer vereador que tivesse esta área funcional.*

*A questão de ser apresentado como uma ampliação, prende-se com o facto de ter sido aprovado um projeto e foi um erro técnico, do próprio técnico que apresentou o projeto como uma ampliação, mas os serviços rapidamente detetaram a situação, isso é organização do processo, não tem a ver com mais nada, basta que o técnico volte a imprimir os desenhos todos a preto e a vermelho o que quer ampliar, basta imprimir tudo a preto e está tudo bem é uma questão de mais cópia menos cópia, não é isso que vai alterar nada em relação à interpretação que é feita dos desenhos. De qualquer modo dizer-lhe que este processo tem licença de construção neste momento, atribuída a 22 de junho deste ano.*

*Quanto às questões levantadas pelo senhor Manuel Carvoeiro, quanto à questão da transferência de competências é evidente que nós na atividade autárquica apoiamos nos nossos organismos, em primeiro lugar regressando ao conceito de boa-fé nós acreditamos nos nossos governantes e quando recebemos uma carta do nosso Ministro a dizer-nos que não é para considerar o prazo, não temos por costume desconfiar e pôr isso em causa. Contudo, até porque eles têm um órgão executivo que pode eventualmente proporcionar à Assembleia uma discussão e um alargamento do prazo etc, nós não sabemos, se o Ministro vem fazer uma coisa destas não vamos pôr em causa, até é um desrespeito pelo senhor Ministro, mas, também é verdade que a entidade que representa os municípios e que está em permanente diálogo com o Governo, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, nos mandou uma carta, eu peço desculpa mas eu vou ler: "Assunto: Lei 50/2018, de 16 de agosto Lei-Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais, Na sequência da publicação da Lei-Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais, Lei 50/2018, de 16 de agosto, importa desde já esclarecer que, de acordo com o artº 44º, a mesma só produz efeitos após a publicação dos diplomas sectoriais, isto significa que o prazo previsto no nº 2 da alínea a) do artigo 4º, até 15 de setembro de 2018, não é eficaz, antes da aprovação e publicação dos respetivos diplomas sectoriais, não existindo presentemente qualquer matéria que possa ser objeto de deliberação dos órgãos das Autarquias Locais". Olhe, eu mais claro que isto não conseguia escrever, foi o Rui Solheiro que mandou isto, Secretário-Geral da Associação de Municípios.*

*Portanto, o que é que queria que eu fizesse? A verdade é mesmo esta, perante um documento destes, eu não vou andar a atropelar só para ser protagonista, há certos autarcas que querem*

*ser protagonistas, querem andar sempre na linha da frente, para causar problemas ao Governo para ver se lucram com isso para os seus municípios, eu tenho por hábito cumprir a lei. Foi deliberado, eu espero que venha para cá em tempo próprio os diplomas setoriais, perceber de que é que eles são constituídos, o que é que lá está, para depois então termos uma discussão, embora posso-lhe adiantar que em termos de executivo já reunimos sobre este assunto e sobre o próximo orçamento mas, claro precisamos de mais dados, não temos dados neste momento nas mãos para poder tomar decisões em relação a esta matéria e como é óbvio, não vamos excluir os órgãos desta discussão, nem queremos assumir esse ónus, era só o que faltava, eu terei a minha opinião em tempo próprio, mas quero ouvir o que têm para me dizer, embora eu já tenha dito aqui o que pensava em relação a isto, é claramente um presente envenenado e não estou a falar deste Governo em particular, até porque teve a anuência do próprio PSD, acho que o Estado tem uma tendência natural para empurrar para as Autarquias aquilo que lhe causa engulhos, problemas e despesas.*

*E se pudessem passar para cá a parte dos recursos humanos para que as greves depois recaíssem sobre as Câmaras e não sobre o Estado Central, também seria uma maravilha.*

*Temos que estar atentos a esta situação e não deixar que nos enganem e fazer muito bem as contas porque, nós já sabemos que por exemplo as vias tem sido um logro, na educação o acordo que se fez também foi muito mal feito, aqui há uns anos a esta parte, muita gente aí com problemas graves para resolver, portanto é preciso ter algum cuidado e aqueles que estão em situação mais periclitante e mais complicada em termos financeiros, têm tendência para se agarrarem logo a essas verbas a pensar que as vão utilizar noutra coisa qualquer e que lhes vai resolver a situação financeira, mas não é e depois ficam com tanta coisa para resolver que ainda agravam a situação financeira a seguir, portanto vamos tentar ser cuidadosos em relação a isso.*

*Quanto à questão dos Moinhos da Abelheira nós já fizemos algo por isso, já existia um projeto, compramos alguns dos moinhos e temos neste momento um projeto de expropriação em curso, mais do que isso, temos a possibilidade de aquisição de um terreno no sopé, perto da zona do início dos moinhos que poderá servir de parque de estacionamento, mas a ideia é partirmos para a expropriação porque já percebemos que pela negociação não vamos lá e os valores que são pedidos são incomportáveis, portanto vamos pela via da expropriação. Aliás estão a ser preparadas nesta altura uma série de expropriações para resolver os problemas do passado, posso referir por exemplo aqui na rua Narciso Ferreira umas construções que estão ali no meio daquela via, tem que ser resolvido de uma forma ou de outra, em Apúlia junto à zona da Couve está lá uma construção quase já toda em ruínas, está já neste momento para se avançar, aí vamos ver se damos um passo ainda mais rápido que é tentar demolir em face do perigo para os utentes porque aquilo está tudo a cair, embora sejam umas paredes de um metro, um metro e pouco, corre-se sempre o risco de cair uma parede daquelas e magoar uma pessoa e portanto vamos tentar avançar ainda mais rápido, mas o objetivo é a expropriação, entre outras que temos para fazer.*

*Quanto à questão da limpeza e higienização dos contentores, se calhar não me compete muito a mim falar disso, mas eu sei que tem havido um grande esforço junto da empresa para que proceda à higienização dos contentores, não sei se aconteceu algum caso mais em concreto que já é do conhecimento, portanto irá pedir-se mais atenção à empresa, é um assunto recorrente na altura do verão, a problemática que existe com isso.*

*Quanto às questões que foram aqui levantadas em relação à intervenção do público, eu vou dizer aqui uma coisa sem consulta dos meus companheiros, Senhor Presidente, eu gostava que*

*ficasse bem claro, que eu não tenho qualquer objeção, não me oponho de forma nenhuma a que o período de intervenção do público passe para um horário anterior à sessão, da minha parte, depois cada um decidirá. Contudo eu diria uma coisa, atendendo ao teor das intervenções que têm sido feitas, eu pedia para que fosse feita de forma prévia, para que eu possa preparar as respostas, caso contrário, eu tenho feito um grande esforço para responder a todas as questões mas às vezes isso não é possível, portanto eu agradecia que ponderassem essa situação, fazem uma inscrição prévia, as pessoas sabem quando é que vão ocorrer as Assembleias, digam qual é o assunto que vai ser debatido e eu poderei vir munido de mais informação, ou não, depende do assunto que for, para responder às pessoas. Mas da minha parte, era o que faltava, até parece que nós não queremos ouvir as pessoas, ou temos medo de receber os munícipes, logo eu que estou sempre a pedir participação pública e que as pessoas sejam pró-ativas, venham às Reuniões de Câmara e às Assembleias, da minha parte que fique registada essa minha posição e do meu executivo, não temos nada a opor a que a intervenção do público seja feita num período a escolher pelos membros da Assembleia, porque quem toma essas rédeas da Assembleia é a Assembleia, mas da minha parte não vejo qualquer oposição. É para manifestar a minha posição só isso, eu sei que não tenho intervenção neste assunto.”---*

O Presidente da Assembleia agradeceu as respostas do Senhor Presidente da Câmara dizendo que só esperava que depois não dissesse que as sessões da Assembleia terminavam às cinco da manhã. De seguida respondeu ao Sr Manuel Carvoeiro nos seguintes termos:

*“Lamento muito que não tenha tido em consideração alguns conhecimentos que eu tenho de Direito, até porque se há matéria que eu gosto de ensinar bem aos meus estudantes é a interpretação e a aplicação da lei, que essa parte é basilar e essa é uma matéria que para mim é essencial para qualquer estudante de Direito, porque somos muitas vezes acusados nós que trabalhamos na área do Direito que interpretar a Lei é ler e isso é uma coisa fácil, por isso é que andamos a estudar cinco anos, mais uns anos a formar-nos para entrar na Ordem e depois temos muitas dúvidas e depois ainda temos várias interpretações porque não é fácil, mas o que é certo e penso que aqui foi um lapso não ter lido a Lei até ao fim porque é verdade e eu li o artigo 43º que diz que a lei entra em vigor no dia a seguir ao da sua publicação. Foi publicado dia 16, dia 17 de agosto entra em vigor, o bom senso, quando se chega a este artigo, olha-se para trás e pergunta-se então como é que uma lei aprovada em 16 de agosto que entra em vigor dia 17 e até 15 de setembro tem que os órgãos executivos e deliberativos aprovar para entrar em vigor no ano seguinte, sob pena de, se não dissermos nada entra tudo.*

*Eu não tenho dúvidas e o que diz aqui este artigo 4º é realmente que se admite a sua transferência, eu acho que a redação por causa dos não, não, foi mal redigida, esta é a minha percepção no apuramento final, andaram a fazer uns corta e cose e não perceberam que estavam ali a cometer um erro na redação, mas o mais grave é que depois o artigo seguinte o 43º que diz que a lei entra em vigor no dia seguinte, diz que, “a produção de efeitos” é para dizer que a presente lei produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito sectorial, acordados com a Associação Nacional de Municípios. Ora, enquanto não estiverem aprovados estes diplomas legais de âmbito sectorial, a lei está em vigor mas não produz efeitos relativamente a esta questão da transferência. Portanto, acontece a qualquer bom jurista e também a nós, vemos uma questão e pode ter a certeza que se esteve no dia 25 de abril, se houve matéria que eu estudei foi a que estava na lei 50 até porque é uma matéria muito importante, não faz sentido é estarmos a discutir uma matéria sem termos os diplomas sectoriais que são a parte essencial, não podemos discutir em abstrato, logicamente que o que*

*devia ter dito aqui a lei, na alínea a) do nº 2 do artigo 4º devia dizer que, aqueles que pretendem as transferências para o ano seguinte, tem que deliberar até 15 de setembro, que eu penso que era isso que deveria estar na redação inicial, porque aí sim faz sentido porquê, porque o Orçamento de Estado está a ser elaborado nessa altura e o Estado precisa de saber até 15 de setembro onde é que vai colocar as verbas, se coloca nos municípios ou se coloca no próprio orçamento de qualquer um dos Ministérios, portanto o que aqui está mal no nº 2 é um não que está ali a mais, há ali um erro de redação. O sentido de todo o conteúdo do diploma é claramente ao contrário daquilo que se está aqui a pretender passar.”-----*

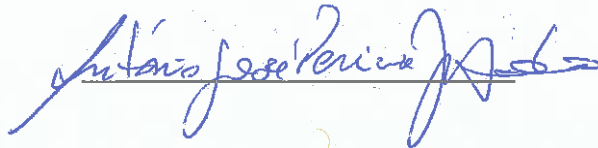
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 01 horas e 40 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

